



ACADEMIA MILITAR

As equipas mistas de prevenção criminal

Autor: Ricardo Alexandre Treno Martins Monteiro

Orientador: Major de Infantaria da GNR José Manuel Marques Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2013



ACADEMIA MILITAR

As equipas mistas de prevenção criminal

Autor: Ricardo Alexandre Treno Martins Monteiro

Orientador: Major de Infantaria da GNR José Manuel Marques Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2013

Dedicatória

Aos meus pais e irmãs,
por me apoiarem em todos os momentos.

Agradecimentos

Ao longo do presente trabalho o autor contou com a colaboração de várias pessoas, que de diferentes formas ajudaram na realização do mesmo. Desta forma aproveito desde já para expressar o meu agradecimento a todas estas pessoas.

Em primeiro lugar gostava de agradecer ao meu orientador, Major José Manuel Marques Dias, pela disponibilidade prestada, pelo conhecimento do tema abordado neste trabalho, assim como pela informação disponibilizada que se verificou fundamental na realização deste trabalho.

Quero também agradecer ao Sr. Subintendente Coimbra, Chefe do Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna pela informação disponibilizada através da entrevista realizada, que foi preponderante para este trabalho.

Deixo ainda um agradecimento ao Sr. Tenente Coronel Nortadas, ao Sr. Tenente Coronel Carreirinha Branco, ao Sr. Tenente Coronel Sequeira, ao Sr. Major Quatorze Pereira que através das suas entrevistas forneceram informação essencial para este trabalho, sem a qual o mesmo não se poderia ter realizado.

Agradeço ainda ao Sr. Tenente Coronel Inglês, pelo auxílio no contato com o Sr. Subintendente Coimbra, e com outros elementos das equipas mistas de prevenção criminal.

Agradeço, como não poderia deixar de ser, aos meus pais que ao longo de todo o curso me apoiaram proporcionando todas as condições para que fosse bem-sucedido no mesmo.

Deixo um obrigado muito especial às minhas irmãs que me ajudaram sempre que necessitei.

A todos vós o meu muito obrigado!

Resumo

O presente trabalho, cujo tema é “As equipas mistas de prevenção criminal” tem como objetivo esclarecer como estas foram formadas assim como qual a sua estrutura, a forma de funcionamento e quais os contributos da existência destas equipas para a segurança.

A prevenção criminal é um tema que se apresenta importante atualmente pois diminui o sentimento de insegurança da população visto que tem como objetivos prevenir que fenómenos criminais aconteçam ou diminuir os danos que destes advenham. Mas para se poder abordar o tema da prevenção criminal interessa primeiro abordar o tema da segurança, visto que são termos que estão associados.

Na sequência deste trabalho foi formulada a seguinte questão de partida “ Qual a origem, composição e forma de funcionamento das equipas mistas de prevenção criminal?”. Tendo em conta esta questão e de forma a atingir os objetivos da investigação, surgiram ainda perguntas derivadas assim como várias hipóteses.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise documental, assim como a realização e estudo de entrevistas aos representantes da Guarda Nacional Republicana nas equipas mistas de prevenção criminal.

Com a realização deste trabalho conclui-se que as equipas mistas de prevenção criminal são criadas pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, ouvindo o Gabinete Coordenador de Segurança. Estas equipas podem ser implementadas tendo como critério o aumento da criminalidade numa região em particular, como é exemplo o Grupo técnico de prevenção criminal de Setúbal e a equipa mista de prevenção criminal para a região do algarve, ou podem ser criadas para dar resposta a um tipo de fenómeno criminal específico que demonstre importância no âmbito nacional. Estas equipas têm uma estrutura variada, sendo formadas por várias forças e serviços de segurança. Comparando as equipas mistas de prevenção criminal de acordo com os critérios anteriormente abordados denota-se que as equipas com base numa região tendem a ter ações mais práticas que as que se focam num fenómeno criminal específico cujo produto final, por regra, consiste na realização de estudos acerca do mesmo.

Palavras-chave: Equipas Mistas de Prevenção Criminal, Guarda Nacional Republicana, Forças e Serviços de Segurança, Segurança, Prevenção Criminal.

Abstract

This work aims to study "The Mixed Teams of Crime Prevention" which are drawn from different areas of the Portuguese Security Forces. It aims to explain how they were formed as well as what its structure, the way they work and what the contributions of the existence of these teams for security.

Prevention of crime is an issue that is important today because it reduces the feeling of insecurity of the population as it aims to prevent criminal activity occurring or lessens the damage arising out of this. But to be able to address the issue of crime prevention the issue of security must first be addressed, since they are terms that are linked.

This work was formulated from the initial question "What is the origin, composition and mode of operation of Mixed Teams of Crime Prevention?". Having regard to this issue and in order to achieve the objectives of the research, other questions arose leading to several hypotheses.

The methodology used in this study was the analysis of documents, as well as conducting studies and interviews with representatives of the National Republican Guard in mixed teams of criminal prevention officers.

It is concluded that the Mixed Teams of Crime Prevention are created by the Secretary-General of the Internal Security System, under the Security Coordination Office. These teams may be implemented when there is an increase in crime in a particular region, as exemplified by the technical working group for the crime prevention in Setúbal and a mixed team of crime prevention officers for the region of Algarve, or can be created to respond to a type of specific criminal activity that demonstrates a nationwide importance. These teams have a varied structure, being formed from various forces and security services. Comparing the Mixed Teams of Crime Prevention according to the criteria previously discussed denotes that the teams based on a region tend to have the most practical actions that focus on a specific criminal activity whose final product consists in performing studies about this activity.

Keywords: Mixed Teams of Criminal Prevention, National Republican Guard; Security Forces, Safety, Crime Prevention

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice de Quadros/ Tabelas	ix
Lista de apêndices.....	x
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xi
Epigrafe.....	xiii
Capítulo 1.....	1
Introdução	1
1.1 – Enquadramento	1
1.2 – Escolha e justificação do tema	2
1.3 – Definição dos objetivos.....	2
1.4 – Questão de partida.....	3
1.4.1 - Questões derivadas	3
1.4.2 – Hipóteses	3
1.5 – Metodologia	4
1.6 – Sínteses de capítulos.....	5
Parte I.....	6
Capítulo 2.....	6
Revisão da literatura	6

2.1 – Enquadramento Teórico	6
2.1.1 – O conceito de Segurança	6
2.1.2 – Segurança ou Seguridade	7
2.2. - Prevenção criminal	8
2.1.2- A evolução da atual prevenção criminal.....	10
2.3 – Medidas de prevenção criminal na UE	11
2.3.1 – França.....	11
2.3.2 – Bélgica	12
2.3.3 – Alemanha	13
2.3.4 – Reino Unido	13
2.3.5 – Itália	14
2.3.6 – Espanha	15
2.3.6 – Portugal	15
2.3.7 – Análise das medidas de prevenção criminal adotadas na UE	16
2.4 – As Equipas Mistas de Prevenção Criminal (EMPC)	17
2.4.1 – EMPC destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubos a estabelecimentos de venda de ouro, vulgo ourivesarias.....	17
2.4.2 – EMPC para a região do Algarve	18
2.4.3 – EMPC para a prevenção dos crimes de furto e roubo de máquinas <i>Automatic Teller Machine</i> (ATM)	18
2.4.4 – EMPC destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubo de metais não preciosos.....	18
2.4.5 – Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade para a região de Setúbal.....	19
2.4.5 – Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade para a região de Amadora/Sintra	19
2.5 – A GNR e os restantes órgãos e serviços de segurança.....	19
2.5.1 - Guarda Nacional Republicana	20

2.5.2 - Polícia de Segurança Pública.....	20
2.5.3 - Polícia Judiciária.....	20
2.5.4 - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	21
2.5.5 - Serviço de Informações de Segurança	21
2.6 – Considerações sobre o capítulo	22
Parte II	23
Capítulo 3.....	23
Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos	23
3.1 – Método da Investigação	23
3.2 – Procedimento e técnicas	23
3.3 – Entrevistas	24
3.4 – Caracterização da amostra	25
Capítulo 4.....	26
Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão de resultados.....	26
4.1 - Análise dos resultados	26
4.2 – Análise do Guião de Entrevista A.....	26
4.3 – Guião de Entrevista B	31
Capítulo 5.....	44
Conclusões e Recomendações	44
5.1 – Verificação das Hipóteses	44
5.2 – Reflexões Finais	47
Bibliografia	50
Apêndices	53

Índice de Quadros/ Tabelas

Quadro n.º1 – Caraterização da amostra.....	25
Quadro n.º2 - Análise de conteúdo à questão nº1 do Guião de entrevista A.....	26
Quadro n.º3 - Análise de conteúdo à questão nº2 Guião de entrevista A.....	27
Quadro n.º4 - Análise de conteúdo à questão nº3 Guião de entrevista A.....	28
Quadro n.º5 - Análise de conteúdo à questão nº4 Guião de entrevista A.....	28
Quadro n.º 6 - Análise de conteúdo à questão nº5 Guião de entrevista A.....	29
Quadro n.º 7 - Análise de conteúdo à questão nº6 Guião de entrevista A.....	29
Quadro n.º 8 - Análise de conteúdo à questão nº7 Guião de entrevista A.....	30
Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo à questão nº8 Guião de entrevista B	31
Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo à questão nº 1 Guião de entrevista B	31
Quadro n.º 11 - Análise de conteúdo à questão nº 2 Guião de entrevista B	32
Quadro n.º 12 - Análise de conteúdo à questão nº 3 Guião de entrevista B	33
Quadro n.º 13 - Análise de conteúdo à questão nº 4 Guião de entrevista B	35
Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo à questão nº 4 Guião de entrevista B	36
Quadro n.º 15 - Análise de conteúdo à questão nº 6 Guião de entrevista B	38
Quadro n.º 16 - Análise de conteúdo à questão nº 7 Guião de entrevista B	39
Quadro n.º 17 - Análise de conteúdo à questão nº 8 Guião de entrevista B	40
Quadro n.º 18 - Análise de conteúdo à questão nº 9 Guião de entrevista B	41
Quadro n.º 19 - Análise de conteúdo à questão nº 10 Guião de entrevista B	42

Lista de apêndices

Apêndice A	Guião de Entrevista A
Apêndice B	Guião de Entrevista B
Apêndice C	Entrevista ao Subintendente Coimbra
Apêndice D	Entrevista ao Tenente Coronel Nortadas
Apêndice E	Entrevista ao Tenente Coronel Branco
Apêndice F	Entrevista ao Major Dias
Apêndice G	Entrevista ao Tenente Coronel Sequeira
Apêndice H	Entrevista ao Major Pereira
Apêndice I	Entrevista ao Tenente Coronel Guedes

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho
AM	Academia Militar
ASAE	Autoridade Segurança Alimentar e Económica
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ATM	<i>Automatic Teller Machine</i>
Coord.	Coordenador
ECPN	European Crime Prevention Network
EMPC	Equipas Mistas de Prevenção Criminal
EUROPOL	<i>European Police Office</i>
Etc.	<i>Etecetera</i>
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
GTPC	Grupos Técnicos para a Prevenção da Criminalidade
H	Hipótese
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
In	Citado por
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei da Organização da Investigação Criminal
LOPJ	Lei Orgânica da Polícia Judiciária
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LOSEF	Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
LOSIRP	Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa
LSI	Lei de Segurança Interna

n. d.	<i>No date</i> , sem data
N.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
OE	Objetivos Específicos
OPC	Órgão de Polícia Criminal
p.	Página
PIIC	Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
QD	Questão Derivada
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGSSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SIBS	Sociedade InterBancária de Serviços
SIS	Serviço de Informações e Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
UE	União Europeia

Epígrafe

"Uma pessoa inteligente resolve um problema, um sábio previne-o."

Albert Einstein

Capítulo 1

Introdução

1.1 – Enquadramento

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) subordinado ao tema “As Equipas Mistas de Prevenção Criminal” surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos de formação de oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) e concomitantemente no Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança. Este trabalho pretende desenvolver as capacidades de reflexão e o conhecimento acerca deste tipo de equipas.

O RCFTIA tem como objetivos “a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades que permitam e constituam a base de aplicações originais, em ambiente de investigação, nos domínios da segurança e defesa e, em particular, em áreas concretas de especialização.” (NEP 520/DE de 30 de junho de 2011 da Academia Militar (AM)).

Durante este trabalho serão abordados os conceitos de prevenção criminal e segurança assim como as organizações que constituem as várias Equipas Mistas de Prevenção Criminal (EMPC).

Embora todos os dias nos órgãos de comunicação social se encontrem notícias referentes a crimes, e à influência que a difícil conjuntura socioeconómica atual pode ter no aumento da criminalidade a verdade é que segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) o número de participações criminais está a diminuir.

Atualmente as forças e serviços de segurança (FSS)¹ deparam-se com uma criminalidade mais especializada, sendo que torna-se mais difícil combater este tipo de criminalidade de forma repressiva. Tendo em conta esta evolução da criminalidade é normal que cada vez mais conceitos como prevenção criminal, policiamento de proximidade, “contratos locais de segurança” e “sentimento de segurança” sejam

¹ Sigla segundo o IASI

abordados pela população. Desta forma é necessário verificar quais são os problemas da população e melhorar a atuação das FSS assim como a cooperação entre estes. Desta forma a implementação EMPC assim como outras medidas de prevenção criminal tornam-se importantes pois “antecipar o risco de dano é um imperativo policial” (Clemente, 2013, p.45).

1.2 – Escolha e justificação do tema

A escolha deste tema prende-se com o interesse do autor pela temática da prevenção criminal e pela falta de conhecimento destas equipas no dispositivo da guarda. A curiosidade pelo funcionamento e génese das EMPC foram também um fator importante na escolha deste tema.

Na opinião do autor este tema é pertinente pois uma abordagem preventiva caracteriza-se por ser mais económica, o que tendo em conta a conjuntura socioeconómica em que o país vive é relevante. Este tipo de abordagem preventiva é também importante no que diz respeito ao sentimento de segurança sentido pela população, visto que atuando apenas na repressão da criminalidade afirmar-se que só se atua após o crime ter ocorrido levando a que as pessoas se sintam menos seguras. Se pelo contrário se adotar uma atuação preventiva os cidadãos sentirão que as FSS estão a tentar diminuir a prática criminal e não só os resultados que desta advêm.

1.3 – Definição dos objetivos

Segundo Sousa e Batista (2011, p. 26) “o objetivo geral indica a principal intenção de um projeto, ou seja, corresponde ao produto final que o projeto quer atingir” desta forma o objetivo geral deste trabalho consiste em:

Dar a conhecer como foram formadas as EMPC, assim como qual a sua estrutura, forma de funcionamento e quais os contributos destas nas questões de segurança específica.

Para além do objetivo geral foram formulados objetivos específicos com a intenção de permitirem “o acesso gradual e progressivo aos resultados finais.” (Sousa e Batista, 2011, p. 26).

Tendo em conta esta investigação e com o intuito de responder à questão de partida tornou-se necessário estabelecer objetivos específicos (OE):

- OE1: Conhecer quais são as EMPC existentes.

- **OE2:** Conhecer que organizações participam nestas EMPC.
- **OE3:** Verificar de que forma o produto final das EMPC pode melhorar a prevenção criminal.
- **OE4:** Conhecer quais as ações realizadas pelas EMPC.

1.4 – Questão de partida

A questão de partida é importante para a investigação na medida em que “com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que se procura saber, elucidar, compreender melhor.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.44).

Visto que o objetivo deste trabalho é ficar a conhecer como foram formadas, como se articulam e quais as funções das EMPC, elaborou-se a seguinte pergunta de partida: **Qual a origem, composição e forma de funcionamento das equipas mistas de prevenção criminal?**

1.4.1 - Questões derivadas

Após definir a questão de partida torna-se também importante enunciar mais algumas questões que desta derivam, e que segundo Sousa e Batista (2011, p. 27) “são as perguntas básicas a que se pretende dar resposta no decorrer da investigação”:

QD1: Qual o papel da GNR nas EMPC?

QD2: Quais os critérios de seleção das EMPC?

QD3: Que tipos de ações são realizadas pelas EMPC?

QD4: Que dificuldades surgem no relacionamento com outras FSS?

QD5: De que forma é verificada a influência das EMPC na sociedade?

1.4.2 – Hipóteses

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 136) “uma hipótese é uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada.” E de acordo com os mesmos autores “não há observação ou experimentação que não assente em hipóteses” Quivy e Campenhoudt (2008, p. 135) sendo que para a realização deste RCFTIA consideram-se as seguintes:

H1 – A GNR tem um papel importante nas EMPC.

H2 – As EMPC são escolhidas pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) tendo em conta o tipo de fenómeno criminal.

H3 – A orgânica das EMPC é variável sendo que pretende adaptar-se à realidade específica de cada uma.

H4 – As EMPC têm como atividade fundamental a realização de operações de planeamento conjunto e execução simultânea no terreno.

H5 – A metodologia e objetivos de trabalho para cada uma das EMPC são definidos pelo SGSSI.

H6 – O desempenho das EMPC é dificultado pelo fato dos seus elementos possuírem objetivos institucionais diferentes.

H7 – Os resultados obtidos pelas EMPC são avaliados posteriormente com vista a verificar a influência destas na sociedade.

1.5 – Metodologia

Para a realização deste trabalho, o autor baseou-se na metodologia proposta pelo regulamento de orientações para a redação de trabalhos da AM² em simultâneo com a metodologia proposta por Sarmento (2008), as normas da *American Psychological Association* ainda pela de Quivy e Campenhoudt (2008).

Este RCFTIA está dividido em duas partes, a revisão da literatura onde se pode encontrar o enquadramento teórico, e o trabalho de campo, onde se evidencia a parte prática.

Verifica-se a importância da revisão da literatura nas palavras de Sousa e Baptista (2011, p.33) que afirmam que “qualquer investigação, seja qual for a sua dimensão, implica a leitura do que outros indivíduos já escreveram sobre a área de interesse. Implica a recolha de informações que fundamentem os seus argumentos e a redação das suas conclusões”, de semelhante forma Quivy e Campenhoudt (2008, p.51) afirmam que seria “absurdo e presunçoso acreditar que podemos pura e simplesmente passar sem esses contributos, como se estivéssemos em condições de reinventar tudo por nós próprios.”. Sendo assim nesta primeira parte do trabalho é realizada uma pesquisa bibliográfica onde se abordam os temas da segurança, da prevenção criminal e das EMPC assim como das várias organizações que compõem estas equipas. Em suma nesta parte pretende-se consultar e compilar informação relativa à temática das EMPC.

² NEP 520/DE de 30 de junho de 2011 da Academia Militar.

Na segunda parte do trabalho, ou seja, no trabalho de campo, foi utilizado o método inquisitivo. Nesta fase empregou-se a realização de entrevistas com vista a atingir os objetivos inicialmente propostos. Recorreu-se assim ao método qualitativo, e a entrevistas semidiretivas presenciais e não presenciais.

1.6 – Sínteses de capítulos

De acordo com as orientações propostas pela Academia Militar, e com o objetivo de tornar mais fácil a leitura deste RCFTIA, este compreende cinco capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se o enquadramento do RCFTIA referindo o âmbito em que surge este trabalho e qual o objetivo do mesmo. Enunciam-se ainda alguns conceitos que posteriormente serão abordados aprofundadamente. É também neste capítulo que se justifica o tema escolhido, assim como se identifica a metodologia utilizada no RCFTIA, referindo qual a questão de partida, as questões derivadas e as hipóteses da investigação.

No segundo capítulo realiza-se a revisão de literatura começando por abordar vários conceitos de segurança e determinando qual o adotado neste trabalho. De seguida faz-se referência à diferença entre segurança e seguridade. Finalizado o subcapítulo referente à segurança, torna-se importante abordar o conceito de prevenção criminal. Seguidamente enunciam-se os vários tipos de prevenção criminal existentes. Ainda analisando a mesma temática enunciam-se por fim as estratégias de prevenção da criminalidade utilizadas na União Europeia (UE).

De seguida especificam-se quais são as EMPC existentes explicitando o que já foi realizado por estas assim como qual a sua constituição e que resultados advêm do seu trabalho. Por fim enunciam-se as principais FSS que fazem parte das EMPC.

No capítulo seguinte aborda-se a metodologia utilizada de forma pormenorizada, identificando que tipo de procedimentos foram utilizados e qual amostra tida em conta para a realização deste trabalho. No quarto capítulo os dados obtidos na investigação são apresentados, analisados e discutidos. Utilizando os dados tratados anteriormente no quinto e último capítulo são tecidas as conclusões do trabalho tendo em conta as hipóteses da investigação e a questão central, é também neste capítulo que se realizam algumas recomendações para trabalhos futuros.

Parte I

Capítulo 2

Revisão da literatura

Após realizar a introdução, onde se realiza um enquadramento do trabalho enunciando a questão central, as questões derivadas e as hipóteses surge neste capítulo a revisão da literatura.

O presente capítulo consiste na pesquisa bibliográfica da literatura cuja temática é de interesse para o trabalho. Sendo assim para ser possível “apresentar um estudo honesto sobre uma questão particular, continua a ser indispensável tomar conhecimento de um mínimo de trabalhos de referência.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.51).

Verificada assim a importância da revisão da literatura, enunciam-se os conceitos e temáticas abordadas na mesma. Inicialmente analisa-se o conceito de segurança, passando depois a diferenciar segurança de seguridade. De seguida clarifica-se o conceito de prevenção criminal identificando posteriormente algumas medidas de prevenção criminal adotadas por países da União Europeia tendo por base a *European Crime Prevention Network* (ECPN).

Enunciam-se seguidamente quais as EMPC realizando-se uma breve abordagem a cada uma delas tendo em conta o RASI. Por fim aborda-se quais as principais FSS presentes nas EMPC e qual a base legal para que estas contribuam para a prevenção criminal.

2.1 – Enquadramento Teórico

2.1.1 – O conceito de Segurança

“Mais do que um símbolo, a segurança é um desígnio nacional”
(Clemente, 2013, p.35)

É impossível abordar a temática da prevenção criminal sem abordar-se o conceito de segurança, dada a existência de uma grande variedade de aceções deste termo, tornando-se pertinente defini-lo com clareza.

Existe uma grande dificuldade em atribuir um significado inequívoco para o termo segurança, pelo que são apresentadas várias visões complementares.

Segurança deriva do étimo latino *securitas*, significando “um estado ou situação livre de perigo, sendo corrente entender-se segurança como ausência de perigo” (Alves, 2010, p.29). Esta definição etimológica torna-se insuficiente visto que o termo perigo também é de certa forma impreciso, tornando-a demasiado vaga.

Clemente (2013) define segurança como a primeira liberdade cívica consagrada da República Portuguesa, garantindo o exercício de direitos pessoais. Desta forma, este direito à segurança alia-se à liberdade na medida em que apenas a necessidade de segurança constrange os Homens a cederem parte da sua liberdade para assim poderem usufruir da restante.

Por fim, decidiu-se seguir a definição de segurança de Alves (2010, p.37) “Segurança é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”.

2.1.2 – Segurança ou Seguridade

Sendo assim, e de acordo com Alves (2010), verifica-se que a segurança é um estado ou condição, logo, é também um fenómeno psicológico. Deve-se ter em conta que no passado a língua portuguesa utilizava dois termos para distinguir estas duas aceções: “segurança” e “seguridade”. Pode-se assim verificar que “o dicionário de Moraes e Silva assinala: SEGURANÇA: diz-se das pessoas e das coisas; SEGURIDADE: somente se diz das pessoas e refere-se ao estado de espírito.” (Alves, 2010, p.30) Ou seja, quando se diz segurança é referida a ausência do perigo, por inexistência deste ou porque este foi removido. Por outro lado, a seguridade prende-se com sentimento de segurança, a confiança de que não existe perigo.

Desta forma e visto que a segurança é um dos fins últimos do Estado a par do bem-estar e da justiça (Alves, 2010) é importante que este se preocupe tanto com a segurança como com a seguridade, garantindo não só que os cidadãos se encontram seguros (segurança) mas também que se sintam desta forma (bem-estar).

Segundo Feldman (1993) *in* Machado (2004, p.20), “o medo do crime é uma resposta racional à possibilidade, ou à experiência real, de vitimação” estando desta forma associado ao conceito de seguridade.

Sendo assim, Machado (2004) afirma que através de medidas que diminuam as oportunidades de crime (medidas preventivas), a diminuição do medo consiste na diminuição do próprio crime.

2.2. - Prevenção criminal

Alves (2008, p.171) refere a prevenção criminal como “a atividade primordial da função polícia. A ela deve corresponder o maior empenhamento, de modo a produzir o máximo possível de utilidade social” pode-se assim atentar na importância que esta temática tem no âmbito da função de polícia.

Esta abordagem preventiva é gratificante pois insere-se na vida diária da comunidade, melhorando a legitimação policial (Alves, 2008).

À semelhança do termo segurança, o conceito de prevenção criminal também é bastante amplo levando a que possam existir inúmeras definições para este tema.

Segundo o conselho sueco de prevenção criminal (BRA) *in* Alves (2008, p.171), “a prevenção criminal é um conjunto de atividades destinadas a diminuir a criminalidade e desincentivar a passagem ao ato delinquente”.

Cusson (2007, p.49) define prevenção criminal como “*Prévenir, c’est agir de manière proactive et non coercitive en vue de réduire la fréquence ou la gravite des infractions.*”.

No artigo 2º. da decisão 2009/902/JAI do conselho da União Europeia (UE), encontra-se explanada outra definição de prevenção criminal referindo que esta “abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e ações destinadas a reduzir os fatores de potenciadores das causas da criminalidade. A prevenção criminal inclui contributos dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, das autoridades locais e das associações especializadas que tiverem criado na Europa, dos setores privados e do voluntariado, bem como dos investigadores e do público, com o apoio dos meios de comunicação social.”, sendo assim, esta a definição de prevenção criminal adotada para a realização deste RCFTIA.

Cairo e Sarnecki *in* Alves (2008) clarificam a tipologia da prevenção criminal em três grandes tipos, a prevenção penal, sendo que esta diverge no seu caráter podendo ser geral ou especial. O segundo tipo baseia-se na prevenção social, que por sua vez varia em primária (sendo dirigida ao conjunto da população, através da execução de políticas gerais de educação, emprego, habitação, etc.), secundária (focalizando as medidas para certas regiões ou locais, assim como certos grupos de indivíduos, vítimas ou potenciais autores, ou ainda certas situações, com forte probabilidade danosa) e ainda prevenção social terciária (que tem como objetivo proteger as possíveis vítimas e a redução dos níveis de reincidência dos delinquentes, de forma individualizada com o auxílio de profissionais especializados). O último tipo de prevenção criminal apresentado por estes dois autores é a prevenção criminal situacional ou comunitária consistindo na implementação de diversas medidas de forma a alterar condições propícias à prática de crimes, principalmente através da vigilância do território minimizando tanto quanto possível, as condições para o cometimento de crimes ou infrações.

Segundo Clarke *in* Crawford (2007) existem três formas de reduzir a oportunidade da ocorrência de crime, sendo elas: o aumento do esforço envolvido na realização do crime dificultando o acesso aos alvos; o aumento da percepção dos riscos de ser preso; e por fim a diminuição das recompensas antecipadas do crime, que por vezes consiste em remover de certas áreas os alvos do crime.

Cairo *in* Alves (2008) releva que deve ser privilegiada a prevenção situacional em complementaridade com a prevenção social, tendo em conta que a adoção destas medidas poderem ter como efeitos o deslocamento da criminalidade para áreas menos protegidas, assim como a estigmatização das populações alvo. Este autor também enfatiza a necessidade de melhorar a credibilidade dos agentes profissionais, determinar quais são as dificuldades de implementação do sistema, não subestimar os custos nem os resultados. Avisa ainda por fim que a falha dos programas de prevenção levará ao aumento da repressão.

Focando, deste modo, as palavras de Fenech (2001, p.9) que clarifica de forma muito elucidativa o problema da utilização da repressão, “Os piores castigos corporais praticados na Idade Média não fizeram desaparecer os salteadores das estradas motivados pela cupidez, ou mais simplesmente, pela fome”, reforçando a conceção de que só é possível reduzir o crime para valores mais aceitáveis se utilizarmos a repressão a par da prevenção.

Atualmente segundo João, Lobo e Bação (2013, p.141) “a ênfase está muito mais na repressão que na prevenção”. O que está a mudar visto que, em 2007, a Lei nº 51/2007, de 31 de agosto, define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2007-2009, em cumprimento do documento legal que aprova a Lei-quadro da política criminal³ prevê no seu artigo 1.º que os objetivos gerais da política criminal são “prevenir, reprimir e reduzir a criminalidade, promovendo a defesa de bens jurídicos, a proteção da vítima e a reintegração do agente do crime na sociedade”. Definição esta que se mantém na Lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2009-2011.

Por outro lado Sarnrecki *in* Alves (2008) identifica a prevenção social secundária como essencial, afirmando que a criminalidade não é aleatória, ou seja, que esta se prende com determinados lugares, horas, situações e pessoas. Frisa ainda o facto de estudos criminológicos demonstrarem que grande parte dos fatores com efeito preventivo são desempenhados a um nível local, sendo muito influenciados com o controlo social desenvolvido pela família, assim como no meio profissional, escolar ou nas relações de vizinhança.

Deste modo as atividades de prevenção criminal podem auxiliar a função polícia a ocupar uma posição chave no âmbito local, através da coordenação de ações com várias entidades públicas e privadas.

2.1.2- A evolução da atual prevenção criminal

Segundo Alvelos (2008), a prevenção criminal teve início em meados da década de 70 com a transformação do conceito de família, deixando de existir um adulto encarregue da subsistência familiar e outro encarregue da sua gestão doméstica. Esta transformação tornou as famílias no que atualmente é comum verificar-se, ou seja, uma família em que os dois adultos trabalham e habitam em bairros massificados com estruturas de apoio aos mais diversos níveis. Desta forma num curto espaço de tempo a sociedade moderna depara-se com uma falta de modelos paternais apropriados, sendo que existe uma redução drástica no tempo disponibilizado para a educação dos filhos. Este problema é agravado pelo consumismo desenfreado incutido pelas campanhas de *marketing* transmitidas pela televisão. Por fim o aparecimento de novas drogas com complexas redes de tráfico torna-se

³ Lei nº 17/2006, de 23 de maio

também um fator perturbante. Tendo em conta o quadro vivido neste período, o recurso ao crime torna-se a única solução para a realização de algumas ambições juvenis.

Nos anos 80, os apoiantes das políticas de prevenção criminal basearam-se num relatório, realizado em França sob a direção de Gilbert Bonnemaison, devido a um período de elevada delinquência juvenil, caracterizado, entre outros, por corridas de carros roubados. Neste relatório concluiu-se que deveria existir um maior equilíbrio entre a repressão do crime e a sua prevenção (Alvelos, 2008).

Deste relatório extrai-se que as duas principais causas do crime são o isolamento social e o sentimento de exclusão (King, 2013).

2.3 – Medidas de prevenção criminal na UE

De seguida abordam-se as medidas de prevenção criminal aplicadas por alguns estados membros da União Europeia tendo por base o artigo do Doutor N. Koulouris denominado “*Crime Prevention Dreams and Nightmares in Risk Societies*” e as estratégias de prevenção criminal dos membros da *European Crime Prevention Network*. (ECPN)

A ECPN foi criada em 30 de novembro de 2009⁴ e tem como objetivo, conforme o nº1 do artigo 2º. da decisão 2009/902/JAI do conselho europeu, contribuir para o desenvolvimento da prevenção da criminalidade a nível europeu, tendo em conta a estratégia da União Europeia (UE) para a prevenção da criminalidade apoiando as suas ações a nível nacional e local. Desta forma torna-se uma fonte de informação importante quanto às estratégias de prevenção da criminalidade de cada país.

2.3.1 – França

Em 2006 foi criado um comité interministerial constituído por ministros cujas atividades se prendem com a prevenção criminal, neste caso o Ministro do Interior, o Ministro da Justiça e o Ministro da Educação presidido pelo Primeiro-Ministro. Este comité tem como objetivo determinar as prioridades nacionais e coordenar as atividades dos diferentes ministérios (EUCPN, n. d.).

As reuniões deste comité são preparadas por uma secretaria-geral composta por uma pequena equipa constituída por elementos de várias organizações: o chefe da

⁴ Pela decisão 2009/902/JAI do conselho da UE que revoga a decisão 2001/427/JAI

secretaria-geral é um representante do estado “*Prefect*”, um magistrado, um oficial superior da polícia, um oficial superior da *Gendarmerie*, um funcionário civil do ministério da educação e três funcionários civis do ministério do interior. As funções principais desta equipa são, por um lado, preparar as reuniões do comité e implementar as suas decisões e, por outro, dar *inputs* aos elementos que nos serviços locais do Estado estão encarregues da coordenação da prevenção criminal com as autoridades locais. (EUCPN, n. d.)

2.3.2 – Bélgica

Na Bélgica desde 1992, foram criados contratos de segurança para modernizar os serviços de polícia e melhorar a sua distribuição territorial, assim como para desenvolver ações de policiamento preventivo em parceria com as organizações locais. O objetivo final seria empenhar um policiamento contínuo e uma rápida resposta por parte das forças de segurança e de outros serviços de prevenção criminal para aumentar a segurança da população. Mesmo sendo melhorados com programas de policiamento social, os contratos de segurança foram incapazes de se integrar mantendo-se assim o policiamento comunitário. Desta forma surge outra resposta, os contratos de segurança e comunidade, estes trouxeram uma maior descentralização do policiamento assim como a integração das suas atividades nos contextos social e local, tendo em conta as necessidades dos bairros e a proteção dos direitos dos cidadãos. Mas uma vez mais esta resposta também não correspondeu às expectativas, servindo simplesmente como ferramenta para a identificação de medidas que reduzem o sentimento de insegurança da população. Por fim, no ano 2000, o governo belga preparou um novo plano federal que introduzia um modelo de gestão integrado reforçando o papel da polícia, este modelo denominava-se “cadeia de segurança” consistia na prevenção, repressão, vigilância e na implementação de todas as políticas de prevenção criminal na gestão eficaz dos problemas de segurança, transformando assim os contratos de segurança e comunidade em contratos de segurança e prevenção (Koulouris, 2008).

Segundo a estratégia belga de prevenção criminal de 2002 a 2006, o conselho de ministros do governo belga aprovou 73 planos de segurança local e da sociedade assim como 29 planos de prevenção de tráfico de drogas. Em 2010 o conselho de ministros alterou o nome dos contratos de segurança e prevenção para planos estratégicos de segurança e prevenção. Na realidade não existiram alterações ao objetivo dos contratos, apenas se deu uma reforma sendo que foi dada mais autonomia às autoridades locais para

estabelecerem as suas próprias prioridades e deu-se também um aumento da duração das políticas locais de prevenção criminal passando para um período de quatro anos (EUCPN, n. d.).

2.3.3 – Alemanha

Na Alemanha os cidadãos têm a oportunidade de contribuir para a política local criminal. Cerca de 2000 conselhos com diferentes origens organizacionais foram criados levando a prevenção criminal a nível municipal a todas as áreas do país. A prevenção criminal na Alemanha funciona a todos os níveis, nacional, regional e local. Anualmente são realizados congressos com todas as organizações que contribuem para a prevenção criminal denominado congresso alemão para a prevenção criminal. As responsabilidades de prevenção criminal estão concentradas principalmente ao nível do governo federal (*Länder*), tornando-se assim um obstáculo a uma abordagem preventiva única. Tem-se vindo a concluir que os cidadãos se sentem seguros e preferem o policiamento de proximidade e a presença policial, sendo que o policiamento repressivo tradicional é considerado secundário (Koulouris, 2008).

Em 2001 foi fundado o fórum alemão para a prevenção da criminalidade, pelo governo federal e por várias organizações e associações privadas. O principal propósito deste fórum consiste na maximização da prevenção criminal assim como a sua promoção em todos os aspetos. As suas funções principais são estabelecer a ligação e a cooperação em toda a Alemanha, o agrupamento de todas as forças, a partilha de informações e as relações públicas nas ações de prevenção criminal. Este fórum desempenha assim um importante papel nas atividades de prevenção criminal a nível local e municipal (EUCPN, n. d.).

2.3.4 – Reino Unido

À semelhança dos outros países, o Reino Unido (RU) também se preocupou em descentralizar as políticas de segurança, focalizando-se no desenvolvimento de parcerias locais e regimes de prevenção criminal. Inicialmente a “*The Five Towns Initiative*” e o “*Safer Cities Scheme*” contribuíram para a implementação de uma colaboração muito eficaz em 30 grandes áreas urbanas, assim como a implementação de 4400 regimes de segurança e prevenção criminal por todo o país. O exemplo do RU consiste num conjunto

de formas de gestão da política de segurança baseadas na economia privada, introduzindo a participação pública sob o controlo da polícia e das autoridades locais. Neste sistema o cidadão é visto como um consumidor de serviços de segurança (Koulouris, 2008).

2.3.5 – Itália

Neste país verifica-se também que os governos locais e as polícias partilham responsabilidades na cooperação com um conjunto variado de entidades públicas e privadas (Koulouris, 2008).

Para além das atividades executadas pelas forças de segurança baseadas nos planos coordenados de controlo do território e do aumento do envolvimento da polícia municipal, o conceito de polícia de proximidade tem ganho cada vez mais relevância sendo que de acordo com os novos modelos operacionais foi integrado a nível nacional. O objetivo é aproximar as instituições das pessoas com o objetivo de perceber melhor as suas necessidades e descobrir, com a ajuda das organizações envolvidas, as soluções mais apropriadas (EUCPN, n. d.).

Em 2002 o serviço de “*neighbourhood police and carabinieri officer*” foi implementado primeiramente em 28 cidades da província e progressivamente alargado a 748 áreas e 79 centros urbanos. Estas medidas foram aprovadas pela população e representam uma de muitas iniciativas baseadas na nova forma de abordar a segurança. Este serviço tem como principal característica o estabelecimento de uma ligação mais próxima entre as forças de segurança e os cidadãos, promovendo a colaboração destes e de outras instituições, maximizando assim a confiança dos cidadãos nas forças de segurança. No entender dos italianos para otimizar os serviços de prevenção criminal e necessário utilizar o estado da arte e a utilização de tecnologia de visualização e comunicação bem estabelecida. Neste contexto importa mencionar a interligação entre as salas de controlo das várias forças de segurança e a utilização de sistemas de videovigilância. Contudo a prevenção criminal não pode ser vista como ação exclusiva das forças de segurança, para que possa ser um fator estabilizador da sociedade a prevenção criminal requer o envolvimento de vários elementos do setor público e privado que, de forma diferente das forças de segurança, contribuem para um território onde os cidadãos vivem e trabalham de forma mais segura (EUCPN, n. d.).

2.3.6 – Espanha

No que diz respeito à prevenção criminal, a Espanha passou de um modelo repressivo para um modelo mais preventivo e cooperativo com as autoridades locais. A nível nacional a polícia tem competência sobre as áreas urbanas e a *Guardia Civil* tem competência nas áreas rurais, portos, fronteiras e na rede estradal, ambas aplicando os planos e diretivas nacionais de prevenção criminal. Um programa nacional de prevenção criminal tem como alvo as maiores cidades (*Plan de las Grandes Ciudades*), com o objetivo de aumentar a visibilidade das forças de segurança e diminuir os tempos de intervenção, existe também programa “*contactos, comunicación y atención al ciudadano*” tem como objetivo melhorar o contato com a população. (Kulach, 2006)

2.3.6 – Portugal

Em Portugal pode-se salientar a formação dos contratos Conselhos municipais de segurança em 1998 com o objetivo de satisfazer as necessidades de segurança nas comunidades locais. Como funções cabe a estes conselhos consolidar, comunicar e informar. Cinco anos mais tarde, o governo aprovou um projeto de segurança em áreas metropolitanas com o objetivo de implementar o policiamento de proximidade assim como uma intervenção multisectorial sobre os problemas que afetam as áreas urbanas mais populosas do país (Koulouris, 2008).

Portugal dispõe ainda de vários programas e campanhas de prevenção criminal, dentro do policiamento de proximidade importando referir o programa “escola segura”. Este programa deriva de uma iniciativa do ministério da administração interna e do ministério da educação e está em execução desde 1992. O objetivo do programa “escola segura” baseia-se na promoção proactiva de medidas e ações nas escolas para a sensibilização da educação para a segurança e o respeito pelas forças de segurança (EUCPN, s.d.).

Outro dos programas inseridos no policiamento de proximidade é o “apoio 65 - idosos em segurança” os objetivos deste programa são garantir as condições de segurança e tranquilidade dos idosos, maximizar a proximidade entre estes e as forças de segurança, facilitar as comunicações nos pedidos de ajuda e disseminar informações onde existem idosos (Koulouris, 2008).

Existem ainda algumas campanhas de prevenção criminal para assuntos específicos fora do policiamento de proximidade tais como a segurança dos taxistas, das igrejas, das farmácias, do fornecimento de combustíveis e do transporte de tabaco. Finalmente existem as Equipas Mistas de Prevenção Criminal (EMPC) e os Grupos Técnicos de Prevenção Criminal (GTPC) que foram criados no âmbito do sistema de segurança interna, visando incrementar a cooperação e a partilha de informação entre as várias forças e serviços de segurança procurando prevenir os riscos e detetar ameaças à segurança interna (RASI, 2012).

2.3.7 – Análise das medidas de prevenção criminal adotadas na UE

Tendo em conta os países analisados anteriormente verifica-se que os países da UE focam as suas medidas de prevenção criminal no policiamento de proximidade assim como na implementação de programas especiais para determinados fenómenos específicos. Exemplos deste facto são os programas portugueses da “escola segura” assim como o programa “apoio 65 – idosos em segurança”, em Itália constata-se a aplicação do programa “*neighbourhood police and carabinieri officer*”.

Importa ainda referir que em alguns países constata-se a adoção de medidas que pretendem conjugar a atuação conjunta das FSS, considerando as medidas francesas observa-se que existe um comité constituído por elementos de vários ministérios e FSS assim como representantes do poder local, que se reúnem com o objetivo de coordenar a prevenção criminal no país. Por sua vez na Alemanha realiza-se anualmente um congresso denominado, congresso alemão para a prevenção criminal, onde estão presentes todas as organizações que contribuem para a prevenção criminal. Apura-se ainda que através da criação do fórum alemão para a prevenção criminal a Alemanha tenta melhorar a coordenação e partilha de informação entre as organizações.

Focando as medidas adotadas em Itália neste âmbito constata-se que este país dá extrema importância à partilha de informações entre FSS utilizando assim a interligação entre as salas de controlo de cada força de segurança. Centra ainda a sua estratégia de prevenção criminal na premissa de que esta atividade (prevenção criminal) não se pode cingir às forças de segurança sendo que é necessário incluir outras entidades nesta.

Evidenciando as medidas adotadas em Espanha constata-se que existem medidas que tendem a melhorar a prevenção criminal em determinadas regiões específicas.

No parágrafo anterior verifica-se que estas medidas de prevenção criminal manifestam alguma semelhança, no funcionamento e nos objetivos a que se propõem, com as EMPC em Portugal. Sendo que estas baseiam a sua atividade na partilha de informações entre FSS e outras organizações com relevo na prevenção criminal. Estas semelhanças evidenciam-se ainda no carácter regional de algumas destas medidas, que como é verificável neste trabalho também pode ser um dos critérios de aplicação das EMPC.

2.4 – As Equipas Mistas de Prevenção Criminal

Atualmente estão implementadas quatro EMPC e dois Grupos técnicos de Prevenção Criminal (GTPC) ao abrigo da alínea d) do artigo 16.º da LSI e da alínea f) do artigo 22.º da mesma lei, assim como nos termos do nº2 do artigo 12.º da Lei nº 38/2009, de 20 de julho sendo compostas por elementos das várias Forças de Segurança (FSS), tais como a GNR, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS). (RASI, 2012)

Seguidamente abordam-se cada uma das EMPC individualmente:

2.4.1 – EMPC destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubos a estabelecimentos de venda de ouro, vulgo ourivesarias.

Esta EMPC foi criada com base no despacho de 10 de março de 2011, tendo em conta a resolução da Assembleia da República de 2 de março do mesmo ano, que recomendava o Governo a adotar medidas de prevenção neste tipo de criminalidade (RASI, 2011).

Esta equipa realizou um estudo a nível nacional acerca deste fenómeno criminal, tentando encontrar semelhanças nos locais, datas, horas, *modi operandi*, número de intervenientes, autores dos crimes e destino dado aos objetos furtados. Neste estudo pode-se verificar que as medidas preventivas passíveis de ser adotadas face a este tipo de criminalidade passam não apenas pelas FSS mas também pela participação da população em geral. Tal é alcançável através de comportamentos informados e práticas que dificultem a ação criminal, não só melhorando a sua segurança pessoal como a dos seus bens. Neste caso particular já existe um manual denominado Manual de Boas Práticas de Segurança

nas atividades de Ourivesaria, que disponibiliza vasta informação neste âmbito, a elaboração deste manual foi da responsabilidade do Governo civil do Porto, tendo como colaboradores o Comando Territorial da GNR e o Comando distrital da PSP (RASI, 2011).

2.4.2 – EMPC para a região do Algarve

A EMPC supracitada foi reativada em junho de 2011, com o intuito de prevenir a criminalidade violenta e grave de prevenção prioritária. Para atingir este fim foram implementadas reuniões entre representantes das diversas FSS com o objetivo de a operacionalizar. Nestas reuniões surgiram operações realizadas e planeadas conjuntamente o que levou a uma maior colaboração entre as FSS da região (RASI, 2011).

2.4.3 – EMPC para a prevenção dos crimes de furto e roubo de máquinas *Automatic Teller Machine* (ATM)

Visto que este tipo fenómeno criminal tem vindo a aumentar tornou-se importante criar este tipo de EMPC. Deste modo, realizaram-se várias reuniões identificando quatro tipos de riscos que recaem sobre as ATM: “tentativas de «furto» de informação de dados pessoais do titular de cartão bancário; Ataques informativos a ATM ou a redes informáticas a que os mesmos estejam conectados para acesso a informação bancária; Ataques físicos aos ATM; Roubos contra funcionários das empresas de transporte de valores durante as operações de abastecimento dos ATM.” (RASI, 2012, p.181).

Esta EMPC realizou reuniões produzindo por fim um documento intitulado “Propostas de natureza preventiva, relativas à instalação e operação de equipamentos ATM” (RASI, 2012).

2.4.4 – EMPC destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubo de metais não preciosos

Tendo em atenção esta EMPC verifica-se que o seu fim principal consiste na elaboração de um estudo nacional com vista a determinar qual a evolução deste fenómeno criminal e propor medidas de combate e de prevenção criminal ao mesmo. Assim, pretende-se que com este estudo se diminua o sentimento de insegurança relacionado com

este tipo de crimes, assim como o aumento da eficácia da resposta por parte das FSS e a redução da frequência de furtos e roubos deste tipo (RASI, 2012).

Atualmente a produção de um relatório final encontra-se em “*stand by*” sendo que a atividade desta EMPC tem estado suspensa (RASI, 2012).

2.4.5 – Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade para a região de Setúbal

No que concerne a este GTPC, pode-se verificar que a sua aplicação tem sido muito proveitosa para todas as FSS envolvidas visto que tem permitido uma grande partilha de informação assim como a colaboração e cooperação entre as mesmas. À semelhança de algumas EMPC, têm sido realizadas reuniões entre elementos das várias FSS com a intenção de melhorar a partilha de informação e verificar quais os fenómenos criminais mais preocupantes. Na sequência destas reuniões, são também por vezes realizadas operações coordenadas de planeamento conjunto e execução simultânea, tendo em conta um objetivo comum que consiste na segurança e bem-estar das populações através da redução da criminalidade (RASI, 2011).

2.4.5 – Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade para a região de Amadora/Sintra

Este GTPC surge em 2011, após a extinção do GTPC de Sintra por este ter atingido os objetivos a que se propôs. Com esta remodelação foi implementado um novo método de trabalho semelhante ao que existe no GTPC de Setúbal que consiste em reuniões mensais entre os elementos das FSS presentes no grupo com o propósito de facilitar a troca de informações (RASI, 2011).

2.5 – A GNR e os restantes órgãos e serviços de segurança

Atentando nas EMPC, verifica-se que existem FSS que são transversais à maioria das mesmas. Desta forma torna-se importante verificar quais são estas FSS e qual a base legal que as permite integrarem as EMPC:

2.5.1 - Guarda Nacional Republicana

A GNR é responsável pela prevenção da criminalidade tendo um papel importante na prossecução da mesma. Esta força de segurança tem como missão, “no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da constituição e da lei”. (nº 2 do artigo 1.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR)⁵. A GNR enquadra-se na temática da prevenção criminal na medida em que é uma das suas atribuições presentes na alínea c) do nº 1 do artigo 3.º da LOGNR onde se pode ler que “prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança”.

2.5.2 - Polícia de Segurança Pública

A PSP é uma força de segurança (n.º 1 do artigo 1.º da Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP)⁶, com responsabilidade em termos da prevenção criminal. À semelhança da GNR a missão da PSP é “Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.” (nº2 do artigo 1.º da LOPSP). Em termos de atribuições constata-se que em termos de prevenção criminal esta é idêntica à da GNR sendo que é atribuição da PSP “Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança.” (alínea c) do nº1 do artigo 3.º da LOPSP).

2.5.3 - Polícia Judiciária

A PJ revela também ter importância no âmbito da prevenção criminal. Tendo como missão “coadjuvar as autoridades judiciais na investigação, desenvolver e promover as ações de prevenção, deteção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes.” (nº1 do artigo 2.º da Lei Orgânica da

⁵ Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro

⁶ Lei nº 53/2007, de 31 de Agosto

Polícia Judiciária (LOPJ)⁷. Deste modo compete à PJ “promover e realizar ações destinadas a fomentar a prevenção geral e a reduzir o número de vítimas da prática de crimes, motivando os cidadãos a adotarem precauções e a reduzirem os atos e as situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas” (alínea a) do nº 1 do artigo 4º da LOPJ), assim como também compete à PJ no âmbito da prevenção “a deteção e dissuasão de situações conducentes à prática de crimes, nomeadamente através de fiscalização e vigilância de locais suscetíveis de propiciarem a prática de atos ilícitos criminais, sem prejuízo das atribuições dos restantes órgãos de polícia criminal.” (nº2 do artigo 4.º da LOPJ)

2.5.4 - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

O SEF “é um serviço de segurança, organizado hierarquicamente na dependência do Ministério da Administração Interna” (nº1 do artigo 1.º da Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (LOSEF)⁸) que tem como objetivos fundamentais “ controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com aquelas atividades e com os movimentos migratórios.” (nº1 do artigo 1.º da LOSEF). Neste diploma mais propriamente no nº 1 do artigo 5.º verifica-se que “entre o SEF e todas as entidades com funções de prevenção criminal, será mantida mútua cooperação no exercício das respetivas atribuições” tornando este serviço em mais uma das valências das EMPC.

2.5.5 - Serviço de Informações de Segurança

O SIS é “um serviço público que se integra no Sistema de Informações da República Portuguesa dependendo diretamente do Ministro (alínea c) do artigo 2.º da Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa (LOSIRP)⁹), sendo que tem também um papel ativo na prevenção criminal. Este (o SIS) tem como missão “promover, por forma sistemática, a pesquisa a análise e o processamento de notícias e a difusão e

⁷ Lei nº 37/2008, de 6 de Agosto

⁸ Decreto-Lei nº 240/2012 de 6 de Novembro

⁹ Lei nº 9/2007, de 19 de Fevereiro

arquivo das informações produzidas.” (Artigo 33.º da LOSIRP). Sendo que participa na prevenção da criminalidade na medida em que “comunica às entidades competentes, nos termos da lei, as notícias e informações de que tenha conhecimento e respeitantes à segurança interna e à prevenção e repressão da criminalidade.” (alínea e) do artigo 33.º da LOSIRP)

2.6 – Considerações sobre o capítulo

Este capítulo visou definir os termos de segurança, prevenção criminal assim como elucidar quais são as EMCP. Desta forma definiu-se segurança segundo Alves (2010, p.37) “Segurança é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”. Depois de clarificar o termo de segurança constata-se que existe diferença entre segurança e sentimento de segurança, ou seguridade. Assim sendo importa referir que a atividade preventiva é de elevada importância para o aumento não só da segurança mas também da seguridade. Seguidamente analisa-se o termo de prevenção criminal sendo que para a realização do presente RCFTIA adota-se a definição presente no artigo 2º. da decisão 2009/902/JAI do conselho da UE. Definido o termo prevenção criminal aborda-se de seguida a história da prevenção criminal na Europa, assim como as medidas de prevenção criminal adotadas por alguns destes países. Consequentemente verifica-se que existem quatro EMPC e dois GTPC sendo que as EMPC analisam fenómenos criminais tais como, o furto e roubo em ATM, o furto e roubo em ourivesarias, o furto e roubo de metais não preciosos e a criminalidade na região do Algarve. Enquanto os GTPC abordam a criminalidade nas regiões de Setúbal e Amadora/Sintra. Por fim analisa-se a base legal que permite a cada uma das principais FSS participar nas EMPC. Deste capítulo conclui-se que a segurança é um conceito muito amplo pelo que é de difícil definição. É ainda importante verificar que a prevenção criminal se divide em vários tipos: prevenção criminal penal, prevenção criminal social e prevenção criminal situacional. Denota-se ainda algumas semelhanças entre as medidas de prevenção criminal europeias e as adotadas em Portugal na medida em que se baseiam na partilha de informações entre as várias FSS e entidades com responsabilidades na prevenção da criminalidade. Por fim constata-se que as FSS encontram nas respetivas leis orgânicas a base legal para a cooperação entre estas.

Parte II

Capítulo 3

Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos

3.1 – Método da Investigação

Segundo Sousa e Baptista (2011, p.3), uma investigação é “um processo de estruturação do conhecimento, tendo como objetivos fundamentais conceber novo conhecimento ou validar algum conhecimento preexistente” desta forma para que o conhecimento obtido seja válido é necessário obter a informação partindo de fontes credíveis e válidas.

Visto que a revisão da literatura se encontra concluída, parte esta onde se esclareceram alguns conceitos importantes para a investigação em causa. Convém agora esclarecer o método utilizado para atingir os objetivos anteriormente apresentados.

É nesta parte (trabalho de campo) que as respostas às perguntas de investigação foram colocadas, e a validade das hipóteses será testada dando desta forma suporte à parte do enquadramento teórico.

3.2 – Procedimento e técnicas

Na parte da revisão da literatura a pesquisa baseou-se na análise documental, a pesquisa bibliográfica teve lugar em bibliotecas, em estabelecimentos de ensino tais como o Instituto de Ensino Superior Militar (IESM) e o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). Esta pesquisa centrou-se nos temas da prevenção da criminalidade, segurança e das EMPC.

Por vezes também foram integrados neste trabalho artigos *on-line* de organizações ligadas à prevenção criminal e à segurança interna.

Nesta pesquisa foram utilizadas fontes primárias, secundárias e terciárias que segundo Fortin (1996) diferem na medida em que as fontes primárias representam obras que são escritas pelo próprio autor, ou seja, são documentos autênticos, cujo conteúdo ainda não foi alterado ou interpretado por outro autor. As fontes secundárias são documentos que compilam as fontes primárias tornando mais fácil o acesso às mesmas. Por fim as fontes terciárias são obras especializadas que se baseiam num aglomerado de conhecimentos, ou breves explicações relacionadas com termos, autores, trabalhos, etc. estas fontes tratam os dois tipos de fontes anteriormente abordados.

Dos vários métodos de investigação científica existentes tomou-se como mais proveitoso na parte mais prática, o método inquisitivo, que consiste num interrogatório oral ou escrito. (Sarmiento, 2008)

3.3 – Entrevistas

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008, p.194), “a entrevista é (...) um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão”. Desta forma, a obtenção de dados para a parte prática deste RCFTIA teve como base a entrevista, com dois guiões de entrevista (apêndices A e B). Das sete entrevistas que foram efetuadas, seis delas foram respondidas através de correio eletrónico, sendo que a restante foi efetuada presencialmente. Optou-se principalmente pela resposta às entrevistas por correio eletrónico por serem mais convenientes para os entrevistados e, desta forma, estava melhor preparado para dar uma resposta mais objetiva, sendo menos provável que este evite a questão, o que é um risco das entrevistas presenciais.

As entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho são semidiretivas ou semiestruturadas. Segundo (Quivy e Campenhoudt, 2008) este tipo de entrevista é o mais utilizado em investigação social, esta consiste num conjunto de perguntas que nem são completamente abertas nem abordam um grande número de perguntas precisas. Neste tipo de entrevista é importante deixar o entrevistado abordar os temas introduzidos pelo entrevistador. Neste tipo de entrevista o entrevistador limita-se a reencaminhar a entrevista para os objetivos da pesquisa.

Sendo dirigidas aos oficiais da GNR que estão ou estiveram em cada EMPC, estas entrevistas foram dirigidas de forma a coincidirem com os objetivos propostos no início do trabalho, desta forma, foi necessário realizar dois guiões de entrevistas diferentes.

O primeiro guião de entrevista presente no apêndice A é composto por oito questões que foram aplicadas ao Chefe do Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna tendo como objetivo principal determinar como decorreu o processo de formação das EMPC e como decorre o funcionamento das mesmas.

O segundo guião de entrevista presente no apêndice B é formado por dez questões e foi aplicado aos oficiais da GNR inseridos nas EMPC.

Segundo Sousa e Baptista (2011, p.115) “na análise dos dados recolhidos através das técnicas associadas à investigação qualitativa, recorre-se à utilização de grelhas de análise e à categorização das respostas dos inquiridos”.

Para a realização destas grelhas ou quadros foram retiradas as partes mais importantes de cada resposta com o intuito de facilitar a confrontação das mesmas, estes quadros podem ser observadas no capítulo 4, referente à apresentação, análise e discussão de resultados.

3.4 – Caracterização da amostra

Tendo em conta o tema do presente RCFTIA, constatou-se que as pessoas que melhor poderiam abordar o tema das EMPC no âmbito da sua formação e funcionamento, são os seus elementos. Desta forma, as entrevistas foram dirigidas ao Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e aos oficiais da GNR que estão integrados nestas EMPC assim como os que destas já fizeram parte.

O quadro seguinte identifica as variáveis da amostra:

Quadro n.º1 – Caraterização da amostra

Guião de entrevista	Entrevistado	Posto	Funções Desempenhadas
Guião de entrevista A	1	Subintendente	Chefe do Gabinete do SGSSI
Guião de entrevista B	2	Tenente Coronel	GTPC Setúbal
	3	Tenente Coronel	EMPC Algarve
	4	Tenente Coronel	EMPC ATM
	5	Major	EMPC Metais não preciosos
	6	Major	EMPC Ourivesarias
	7	Tenente Coronel	GTPC Amadora/Sintra

Capítulo 4

Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão de resultados

4.1 - Análise dos resultados

Neste capítulo procede-se à apresentação e análise dos dados. Para a realização da análise dos dados recorreu-se à utilização de quadros de forma a ser mais perceptível a interpretação dos mesmos. Desta forma as respostas às questões foram sintetizadas sendo apenas apresentadas nos quadros as secções de resposta mais importantes.

4.2 – Análise do Guião de Entrevista A

Quadro n.º2 - Análise de conteúdo à questão n.º1

Questão	Resposta
Q1. Como se procedeu à criação destas equipas?	“A criação das Equipas Mistas tem a sua génese num normativo legal. Com efeito, em 2006 foi publicada a Lei-Quadro de Política Criminal (Lei n.º 17/2006, de 23 de maio) (...) Nesta base, em 2009 foi aprovada e publicada a Lei n.º 38/2009, de 20 de julho (...). Nesta Lei, no seu artigo 12.º, no seu n.º 2, estabeleceu-se que o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), ouvindo o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) poderia criar equipas mistas para prevenir crimes violentos e graves de prevenção prioritária (crimes esses que estavam definidos no art.º 3.º da mesma Lei). (...) a partir de 2012, e uma vez que o Governo não apresentou mais propostas de Lei sobre política criminal, passou a existir um vazio legal para a criação das EMPC, uma vez que a Lei 38/2009 deixou de estar em vigor”

Nesta questão o autor pretende identificar de que forma foram criadas as EMPC.

Atentando na resposta do E1 à questão suprarreferida este afirma que as EMPC são criadas pelo Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), tendo em conta a opinião do GCS. Em termos legais a base da criação das EMPC é a Lei-Quadro de política

criminal em conjunto com a Lei 38/2009, de 20 de julho, o que se pode apresentar como um problema visto que atualmente a criação de novas EMPC encontra-se num vazio legal.

Quadro n.º3 - Análise de conteúdo à questão nº2

Questão	Resposta
Q2. Com que objetivos foram criadas as EMPC?	“Os objetivos foram sempre a prevenção da criminalidade violenta e grave, de acordo com as exigências legais e considerando o papel de coordenação e cooperação que deve existir nesta matéria entre as FSS. Estas EMPC são sempre criadas pelo SGSSI, depois de ouvido o GCS.”

Com esta questão o autor pretende saber o objetivo principal pelo qual foram formadas as EMPC.

Nesta resposta verifica-se que o objetivo principal das EMPC é a prevenção da criminalidade violenta dando preponderância e facilitando a colaboração e cooperação entre as várias FSS. Alguns dos exemplos desta criminalidade violenta e grave referidos nesta resposta são dentro dos crimes contra as pessoas, a ofensa à integridade física contra professores, médicos, a agentes das FSS em exercício de funções ou por causa delas, assim como violência doméstica, o rapto a tomada de reféns, os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e participação em rixa entre outros. No âmbito dos crimes contra o património, verificavam-se os crimes de furto ou roubo com introdução em habitação, furto ou roubo em estabelecimento industrial ou comercial, assim como furto ou roubo de veículo, de coisa transportada em transporte coletivo, a burla de massa, a extorsão e o abuso de cartão de crédito. Neste artigo são também considerados diversos crimes nos âmbitos dos crimes contra a identidade cultural, contra a sociedade e contra o Estado.

A prevenção conjunta deste tipo de crimes leva a que a população se aperceba que este é um problema ao qual as FSS dão importância, desta forma as pessoas verificam que algo está a ser feito para que a criminalidade diminua levando ao aumento do sentimento de segurança.

Quadro n.º4 - Análise de conteúdo à questão nº3

Questão	Resposta
Q3. Qual foi o critério de seleção das áreas de emprego das EMPC?	“Os critérios foram vários. Desde a evolução de certos fenómenos criminais até a regiões mais afetadas pela prática de crimes violentos e graves. Ou seja, por exemplo, a criação das EMPC dos ATM’s, dos Furtos de Metais Não Preciosos, ou das Ourivesarias, prenderam-se com a realidade que este tipo de criminalidade estava a assumir no País e com a necessidade de dar-se uma resposta articulada para a sua prevenção. Já a EMPC do Algarve prendeu-se, sobretudo, com o facto de aquela Região estar a observar uma escalada de vários tipos de crimes violentos e graves, a que seria necessário dar existir uma maior articulação e partilha de informação entre as FSS locais.”

Atentando na questão acima colocada pretende-se perceber com que base são escolhidas as áreas de empregos das EMPC.

Com esta questão pode-se averiguar que as EMPC não foram apenas criadas tendo em conta o tipo de criminalidade existente, mas também de acordo com a frequência de crimes em determinada área. Interessa também dar relevo ao facto do entrevistado afirmar que existe a necessidade de “dar uma resposta articulada para a prevenção” que neste caso é mais facilmente atingível se existir uma boa cooperação entre FSS. Verifica-se ainda no caso das EMPC que têm por base uma região que a necessidade de partilha de informação e de aumento da capacidade de articulação das FSS podem ser colmatadas através das EMPC. Sendo assim, pode-se desde já dividir as EMPC em dois grupos tendo em conta o critério de seleção das mesmas. Portanto a EMPC do Algarve, o GTPC para a região de Setúbal e o GTPC para a região de Amadora/Sintra são escolhidas tendo em conta o aumento de vários fenómenos criminais em determinada região, enquanto a EMPC dos ATM, a EMPC das ourivesarias e a EMPC dos metais não preciosos são escolhidas tendo em conta um fenómeno criminal específico que tem lugar por todo o país.

Quadro n.º5 - Análise de conteúdo à questão nº4

Questão	Resposta
Q.4 Quais os elementos que constituem cada uma das EMPC?	“A sua composição é variável e não obedece a critérios rígidos. No entanto, nestas EMPC principais, todas elas foram compostas por elementos da GNR, PSP, PJ, SEF e SIS. Na EMPC do Algarve, além destas FSS, também fizeram parte os Serviços Prisionais, a Polícia Marítima e um representante do Ministério Público.”

Com a presente questão pretende-se verificar quais são os elementos que representam as EMPC.

Tendo em conta esta resposta pode-se verificar que a composição das EMPC não é estanque podendo assim variar devido à área ou tendo em conta o tipo de criminalidade. Sendo que a GNR, a PSP, a PJ, o SEF e o SIS estão presentes em todas as EMPC fazendo com que sejam a base das mesmas. Por vezes é necessário, devido ao tipo de criminalidade abordado pela EMPC ou pela localização geográfica da zona de ação da mesma, introduzir outras FSS por exemplo a EMPC do Algarve para além das FSS anteriormente abordadas também fazem parte os serviços prisionais, a polícia marítima e um representante do ministério público. Como é possível verificar posteriormente neste trabalho o GTPC de Setúbal é um exemplo muito parecido com o desta.

Verifica-se assim que existe alguma relação com o que é descrito nas medidas de prevenção criminal adotadas noutros países da UE

Quadro n.º 6 - Análise de conteúdo à questão nº5

Questão	Resposta
Q5. Como é mantida a colaboração entre os vários elementos?	“Esta colaboração, coordenação e articulação é mantida de várias formas. A principal é a realização de reuniões regulares, entre os seus representantes, para partilha de informação, definição de estratégias e metodologias de trabalho, definição e planeamento de objetivos e execução de determinadas tarefas, que podem ser, entre outras, a realização de operações conjuntas.”

Nesta pergunta constata-se que as EMPC se reúnem regularmente, para definirem os métodos de trabalho. Desta forma verifica-se que existe uma grande liberdade na adoção de métodos de trabalho, sendo que são os elementos das EMPC que determinam como devem atuar podendo assim desta forma ajustar o seu método de trabalho à realidade de cada uma.

Quadro n.º 7 - Análise de conteúdo à questão nº6

Questão	Resposta
Q6. Qual ou quais as funções dos elementos da GNR nas EMPC?	“Representar a sua instituição e, de acordo com as estratégias e metodologias traçadas, partilhar a informação sobre a sua zona de ação e articular com as outras FSS o emprego de meios, caso assim se decida.”

Com a resposta a esta pergunta constata-se que as funções dos elementos da GNR nas EMPC consistem em representar a instituição na EMPC, atuar de acordo com as

estratégias e métodos adotados pela mesma, partilhar a informação sobre a sua zona de ação.

A presença dos elementos da GNR é preponderante nas EMPC devido a esta ser a força de segurança com maior efetivo ao nível nacional, assim como devido à dispersão territorial da mesma. Desta forma denota-se que o dispositivo da GNR é uma fonte muito importante de informações a nível criminal pois abrange 96% do território nacional. Desta forma esta organização tem um grande peso na recolha de dados para a realização de estudos de âmbito nacional, assim como na execução de operações conjuntas sendo que a par da PSP é a força que empenha mais efetivo nestas ações.

Quadro n.º 8 - Análise de conteúdo à questão n.º7

Questão	Resposta
Q7. Quais as ações realizadas pelas EMPC?	“Podem ser várias e de várias naturezas. Desde a coordenação e execução de operações conjuntas, ao estudo conjunto de determinado fenómeno criminal, passando por apresentação de propostas agregadas de medidas preventivas.”

Relativamente à resposta acima explanada é notório que existem variadas ações realizadas pelas EMPC, podem ser mais práticas como por exemplo a realização de operações conjuntas. Estas operações são principalmente desenvolvidas pelas equipas cujo critério da sua criação foi uma determinada região, ao invés do que se passa com as equipas que são criadas com base num fenómeno criminal específico que por norma têm um natureza mais teóricas sendo que se dedicam ao estudo de certo fenómeno criminal e propostas agregadas de medidas preventivas.

Comprova-se deste modo que as EMPC centram a sua atividade na prevenção criminal social. O tipo de prevenção criminal social subdivide-se em prevenção social primária, secundária e terciária, sendo que as EMPC contribuem na prevenção criminal social secundária, na medida em que focam as ações numa certa região ou local assim como nas vítimas ou nos principais autores. A realização de operações conjuntas tem como fim aumentar a perceção do risco dos autores dos crimes virem a ser presos, ou seja, com a realização deste tipo de operações os autores dos crimes apercebem-se que existe uma maior possibilidade de virem a ser presos, o que se torna numa medida dissuasora levando à diminuição da ocorrência dos mesmos. No caso da realização de estudos de âmbito nacional e da apresentação de propostas agregadas de medidas preventivas pode vir a

alterar os comportamentos das possíveis vítimas o que torna mais difícil a atividade criminosa.

Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo à questão n.º 8

Questão	Resposta
Q8. Tem conhecimento de algumas equipas deste género em outros países?	“Ao nível da Europa existem vários mecanismos de cooperação policial, que podem, inclusive, criar equipas de prevenção ou combate a determinados fenómenos criminais entre vários Estados-Membros. Dentro de cada país, como por exemplo, França ou Espanha, existe estruturas de coordenação superior das suas FSS que também têm prerrogativas para a criação de equipas mistas entre as várias Polícias.”

Tendo em conta o âmbito europeu constata-se com a resposta a esta questão que em França e Espanha existe a possibilidade de existirem EMPC entre várias polícias.

Alguns exemplos anteriormente abordados destes mecanismos de cooperação policial no âmbito da prevenção criminal a nível europeu passam pelo congresso alemão para a prevenção da criminalidade, em que se reúnem todas as organizações com responsabilidades de prevenção criminal. Assim como pela partilha de informação através das salas de controlo de cada força de segurança. Neste país também se verifica que a importância da prevenção criminal não passar apenas pelas forças de segurança mas ser necessário enquadrar outras entidades. Por fim constata-se que em Espanha existem programas específicos para algumas cidades tal como em Portugal no caso de Setúbal e da região do Algarve.

4.3 – Guião de Entrevista B

4.3.1 – Questão n.º 1: Qual é o seu papel nesta EMPC?

Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo à questão n.º 1

Entrevistado	Resposta
E2	“Quem está presente neste GTPC é o topo da hierarquia do distrito, sendo que por vezes tanto o comandante da GNR de Setúbal como o comandante da PSP não podem estar presentes, daí que tanto eu na GNR como o subintendente Santos da PSP somos os elementos que estamos em permanência nesse GTPC e facilitam a comunicação, não vai ser o comandante do Comando Territorial de Setúbal que vai

	ligar para o comandante da PSP a pedir informações sobre determinadas coisas portanto depois desce de certa forma o patamar.”
E3	“Tomei parte na EMPC do Algarve, na qualidade de representante da GNR/Comando Territorial de Faro, se bem que os Comandantes dos Destacamentos de Loulé e Albufeira, também participavam na discussão dos assuntos de natureza operacional, referentes às áreas respetivas, que eram à altura (e ainda serão), as que registam maiores índices.”
E4	“A realização do estudo teve um âmbito nacional, e passou pela caracterização do crime, nomeadamente, locais, datas, horas, <i>modi operandi</i> , número de intervenientes, autores dos crimes e, sempre que possível, sua motivações. O meu papel foi de representante da GNR.”
E5	“O meu papel foi de representante da GNR, desde o início da atividade da equipa até Outubro de 2012.”
E6	“A minha participação, foi na qualidade de Representante da GNR, tendo por referência a experiência Operacional detida do âmbito policial.”
E7	“Na qualidade de Oficial de Operações do Comando de Lisboa, sou o ponto de contacto e participante nas reuniões de coordenação interinstitucional realizadas mensalmente na sede da Autoridade Tributária.”

Esta questão aborda a importância da presença dos oficiais da GNR nas EMPC e qual a sua função nas mesmas. Pode-se verificar que o papel dos elementos da GNR nestas EMPC é um papel de representante da instituição, com o objetivo de facilitar a comunicação entre as várias organizações, através da partilha de conhecimento adquirida ao longo de certo período o que facilita e otimiza o processo de recolha de informações.

Desta forma os elementos da GNR fazem a ponte entre a sua instituição e a EMPC, funcionando como elo de ligação e meio de partilha da informação. O papel destes elementos torna-se importante pois quanto melhor for esta partilha de informação melhor será a capacidade de trabalho dos mesmos. Ao longo do trabalho apura-se que falhas na relação entre os vários elementos da EMPC prejudicam o funcionamento da mesma.

4.3.2 – Questão nº2: Por quem é formada esta EMPC?

Quadro n.º 11 - Análise de conteúdo à questão nº 2

Entrevistado	Resposta
E2	“Quem faz parte deste Grupo que se deixou de chamar Grupo da Trafaria e passou a chamar-se Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade é a GNR, PSP, PJ, SEF, SIS, Serviços Prisionais e a polícia marítima.”
E3	“A EMPC do Algarve é formada, além da GNR, por representantes do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, do Serviço de Informações e Segurança (secretariavam as reuniões), Direção Geral de Autoridade Marítima, Polícia e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.”
E4	“Esta EMPC era composta por um assessor do SGSSI e por representantes da GNR, PSP, PJ,SEF e SIS.”
E5	“A Equipa Mista era dirigida por um assessor do SGSSI e contava com a participação

	de representantes da GNR, PSP, PJ, SEF e SIS.”
E6	“É constituída por elementos da GNR, PSP, SEF, PJ, SIS, SSI e ASAE.”
E7	“GNR, PSP, PJ, SEF, SIS, ASAE, AT, Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Autoridade marítima e Segurança Social.”

Na questão 2 clarifica-se quais as organizações que fazem, ou podem fazer parte destas EMPC. Desta forma e tendo em conta as respostas dadas pelos entrevistados verifica-se que esta estrutura é variada sendo que pode mudar de uma EMPC para a outra. Constata-se porém que existem FSS que são transversais a todas as EMPC, destas pode-se ressaltar a GNR, o SIS, a PSP, o SEF e a PJ. No entanto encontram-se também FSS que fazem apenas parte de algumas das EMPC. Tendo em conta a resposta do E2 e E7 é possível verificar que para além das FSS anteriormente apresentados também estão presentes a Polícia Marítima e os Serviços Prisionais, sendo que no caso de E7 a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a segurança social também pertencem a esta EMPC. No caso do E6 é a ASAE que completa a EMPC. No que concerne a esta questão o E2 ainda afirma que por vezes também é incluída a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), os Serviços Prisionais ou a (ASAE) na realização de algumas operações em que seja necessário conhecimento mais específico nestas áreas.

4.3.3 – Questão nº3: Quais as ações realizadas por esta EMPC?

Quadro n.º 12 - Análise de conteúdo à questão nº 3

Entrevistado	Resposta
E2	“Em termos efetivos de terreno, parte operacional, já realizámos operações (...) operações são denominadas operações de planeamento conjunto e execução simultânea”
E3	“No âmbito da EMPC do Algarve também foram realizadas (embora na altura não muito frequentes) ações de prevenção criminal, materializadas em operações realizadas em coordenação e/ou com recurso a equipas conjuntas constituídas por elementos das Forças e Serviços de Segurança presentes na EMPC do Algarve.”
E4	“A equipa mista de prevenção criminal dedicada ao fenómeno dos furtos de ATM foi criada com os seguintes objetivos: - identificar quais os fatores de risco a que estão expostas as ATM (devendo considerar os diversos tipos de máquinas); - identificar os diversos tipos de medidas ativas e passivas que podem ser tomadas, quer no âmbito do policiamento, quer aquando da implantação das máquinas nos espaços físicos; A realização do estudo teve um âmbito nacional, e passou pela caracterização do crime, nomeadamente, locais, datas, horas, modi operandi, número de intervenientes, autores dos crimes e, sempre que possível, sua motivações.
E5	“Proceder à realização de um estudo nacional sobre “furtos de metais não preciosos”, envolvendo, entre outros aspetos, a caracterização dos locais, datas, horas, modi

	<i>operandi</i> , número de intervenientes, autores dos crimes e, sempre que possível, sua motivações e ainda para apresentar estratégias e medidas preventivas, particularmente ao nível da prevenção situacional, destinadas tanto às Forças e Serviços de Segurança, como às Instituições e empresas alvo.”
E6	“Esta Equipa, efetuou um levantamento exaustivo quer da legislação diretamente relacionada com o comércio de metais preciosos, o levantamento dos estabelecimentos que se dedicam a este comércio, bem como das situações de natureza criminal que nos últimos anos este setor tem sido alvo. Com base nestes levantamentos, foi planeada uma operação policial de âmbito nacional, tendo em vista a deteção de ilícitos criminais.”
E7	“Ações de fiscalização em estabelecimentos, feiras, Operações de fiscalização na via pública.”

Com a pergunta supracitada, o autor pretende verificar que tipo de ações são realizadas pelas EMPC. Nesta questão o E2, E3 e E7 constataam que as suas atividades consistem em “operações de planeamento conjunto e execução simultânea”. No que concerne à resposta do E4 apura-se que esta EMPC foi formada com os objetivos de “identificar quais os fatores de risco a que estão expostas as ATM” assim como “identificar os diversos tipos de medidas ativas e passivas que podem ser tomadas, quer no âmbito do policiamento, quer aquando do implantação das máquinas nos espaços físicos”. É ainda de referir que estes objetivos são atingidos através da elaboração de um estudo de âmbito nacional à semelhança do que ocorre com a EMPC de que faz parte o E5.

No que respeita ao E6 este afirma que a EMPC a que este pertence realizou “um levantamento exaustivo da legislação diretamente relacionada” com o comércio de ouro assim como ocorrências criminais que tenham ocorrido nos últimos anos neste setor. Afirma ainda que foi planeada uma operação de âmbito nacional direcionada para este tipo de fenómeno criminal.

Desta forma constata-se que as EMPC atuam na prevenção social secundária, tendo em conta que as EMPC a que os E2, E3 e E7 pertencem focam as suas medidas para certas regiões, utilizando para isso a realização de operações que aumentam a perceção por parte dos criminosos de que podem ser presos reduzindo a oportunidade de ocorrência de crime. De outro modo as EMPC cujos E4, E5 e E6 são parte integrante, apesar de atuarem no mesmo tipo de prevenção criminal (prevenção social secundária) atuam não tanto sobre os autores do crime mas mais nas vítimas do crime sendo que através dos estudos que realizam tentam informar as possíveis vítimas de comportamentos e medidas que possam tomar no âmbito de aumentar assim a dificuldade da perpetuação de certos crimes contribuindo também para a redução da criminalidade.

4.3.4 – Questão nº4: Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

Quadro n.º 13 - Análise de conteúdo à questão nº 4

Entrevistado	Resposta
E2	“No caso deste GTPC não existem grandes dificuldades ao nível da colaboração com as várias entidades. (...) Existe assim uma conexão entre todos os Órgãos de Polícia Criminal (OPC). Atualmente o que nós sentimos e a PSP também sente é que as exigências pelo escalão superior são tantas que nós temos operações sobre operações, (...) nem temos meios, nem temos espaço de calendário pela falta de efetivos para fazermos coisas de iniciativa própria.”
E3	“A principal dificuldade que se sente quando se trabalha com elementos de diversas organizações diferentes, prende-se com o facto dos objetivos das organizações não serem sempre coincidentes (...) Outra dificuldade prende-se com o facto de nem toda a informação fluir abertamente no seio destas Equipas e em todas as direções, por vezes mais por razões de ordem pessoal que institucional, considerando que do ponto de vista institucional, está estabelecido que a partilha de informação, ao nível destas Equipas, deve fluir sem reservas (a não ser as que a investigação criminal em determinadas situações exigir).”
E4	“Naturalmente que os principais contribuintes para este estudo, foram, a GNR, a PSP e a PJ. Contudo, verificaram-se dificuldades ao trabalhar com elementos de instituições diferentes, não ao nível pessoal, mas principalmente ao nível institucional devido ao facto das várias instituições possuírem objetivos e perspetivas diferentes para estas EMPC.”
E5	“As dificuldades de trabalhar com elementos de organizações diferentes, neste âmbito específico derivam, não das pessoas ou das perspetivas pessoais, mas essencialmente das diferentes visões que os dirigentes das diversas organizações têm sobre as equipas mistas, seu âmbito de trabalho e importância. Estas diferentes perspetivas Institucionais refletem-se, naturalmente no desempenho dos elementos que as representam e no resultado final dos trabalhos.”
E6	“Cada organização tem os seus objetivos estratégicos próprios, que nem sempre coincidem com os das outras organizações, e como tal, muitas vezes os pontos de vista têm de ser conciliados. São estas diferentes visões a abordagens que normalmente constituem as principais dificuldades.”
E7	“Desde que as ações sejam bem coordenadas as dificuldades são diminutas.”

Nesta questão o autor tenta encontrar alguns problemas que existam nas EMPC para que seja possível melhorar o funcionamento das mesmas. Atentando na resposta do E2 a principal dificuldade apresentada prende-se com a dificuldade em conseguir encontrar datas coincidentes entre as FSS para a realização de operações conjuntas, de forma que a ação destas seja mais eficazes, por vezes devido a operações planeadas pela instituição, ou por outras entidades como EUROPOL ou da FRONTEX. Já o E3 verifica que as dificuldades prendem-se primeiramente com o facto dos objetivos das organizações não serem coincidentes o que leva a que a EMPC não trabalhe toda para o mesmo objetivo levando a que a mesma não esteja coesa, por outro lado verificam-se também algumas dificuldades de colaboração de ordem pessoal, que consiste em falhas na partilha da

comunicação. Este facto justifica a razão da diferença entre a facilidade de comunicação e partilha de informações sentida numas EMPC e a dificuldade noutras. Como se verifica o E4, E5 e E6 encontram o mesmo tipo de dificuldades que o E3, ou seja, a principal dificuldade é a falta de uniformidade no que diz respeito ao objetivo da EMPC por parte das várias organizações. O E5 aborda ainda um ponto importante na medida em que refere que as instituições por vezes não atribuem a importância devida às EMPC o que influencia o desempenho dos seus representantes.

Desta forma constata-se que o principal problema existente consiste no facto de, por vezes, os objetivos das organizações presentes nas EMPC não coincidirem o que leva a que estas (as EMPC) não funcionem corretamente. Outro problema verificado foi a existência de falhas comunicação entre os vários elementos, por vezes este problema é colmatado através das boas relações pessoais entre os vários elementos das EMPC, como é exemplo o GTPC de Setúbal, em que o E2 afirma que a partilha de informações é até por vezes feita de forma informal através de correio eletrónico ou de um telefonema, outras vezes devido a não existirem relações tão próximas como as apresentadas no exemplo anterior, a informação demora mais tempo a ser partilhada, ou por vezes acaba por nem ser partilhada.

4.3.5 – Questão nº5: Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo à questão nº 4

Entrevistado	Resposta
E2	“Era muito bom que a Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC) já estivesse em funcionamento no terreno. (...) Nós desde o início deste ano estamos a tentar projetar mais uma operação conjunta no distrito e a verdade é que não se consegue porque não se encontram datas coincidentes entre a GNR e a PSP, que são as entidades que empenham mais efetivo.”
E3	“Em primeiro lugar, que na área geográfica que a EMPC pretenda abranger, ocorra criminalidade suficientemente grave que justifique a criação de uma destas Equipas. Por outro lado, a verificação que o problema criminal que afeta uma força ou serviço é o mesmo que afeta as restantes das Forças ou Serviço de Segurança, ou no mínimo que tenha forte relação. Os resultados podem ser melhorados, caso as equipas identifiquem claramente o fenómeno criminal que pretendem combater, definam a estratégia adequada para o combate e implementem as ações que melhor se adequam ao fim pretendido. Copiar formas e métodos de trabalho com resultados comprovados noutras EMPC, não significa que venham a ter o mesmo sucesso em realidades com especificidades próprias.”
E4	“A partilha de dados teria de ser completa e oportuna, assiste-se a atrasos na partilha de dados, quer em face das competências, vide LOIC, quer em virtude de não existir

	um repositório comum. Obter um maior consenso interinstitucional seria fundamental para as equipas darem um melhor contributo para a resolução das problemáticas criminais. É essencial ter uma visão integrada e estratégias comuns de atuação.”
E5	“Obter um maior consenso interinstitucional sobre o papel da EMPC e o seu contributo para a resolução das problemáticas criminais numa perspetiva de visão integrada, definindo estratégias comuns de atuação.”
E6	“Estas equipas, não possuem qualquer mandato executivo, nem mesmo os resultados que são encontrados pelas mesmas têm qualquer garantia de que são tidos em conta de uma forma substantiva. Haveria que dotar as equipas com poderes executivos e a condição de os resultados por elas obtido, de alguma forma serem considerados de uma forma objetiva e operacional.”
E7	“Aumento do efetivo das equipas das diferentes entidades, dado que por vezes não conseguem satisfazer todas as solicitações coordenadas mensalmente.”

À semelhança da questão anterior esta pretende verificar quais as alterações que são passíveis de ser adotadas para que as EMPC funcionem de uma forma mais produtiva. Deste modo apura-se que segundo o E2 é importante a aplicação no terreno do PIIC. O que levaria a uma partilha de informação muito mais rápida e eficaz. Também importa dar relevo à resposta do E3, que afirma que a criação das EMPC deve ter em conta um problema criminal que afete as restantes FSS da região e que ocorra criminalidade suficiente que o justifique, outro modo de trazer melhorias para as EMPC é o facto de que estas devem identificar claramente qual, ou quais os fenómenos criminais que pretendem combater. Quando a esta questão o E4 aborda que poderia ser melhorada a partilha de informações através da criação de um repositório comum a todos os elementos da EMPC. O E4 admite ainda, assim como o E5 que a outra melhoria que se poderia aplicar nestas EMPC seria obter um consenso interinstitucional sobre o papel das mesmas e do seu contributo para o decréscimo dos fenómenos criminais. Este decréscimo seria obtido através da definição de estratégias comuns de atuação das várias FSS. Na ótica do E6 verifica que todas as EMPC deveriam ser dotadas de poderes executivos, e deveriam também ser tidos em conta os resultados obtidos através da atividade desenvolvida pelas mesmas de forma mais objetiva. Este facto permitiria avaliar qual o contributo da EMPC para a prevenção de determinado fenómeno criminal.

Nesta resposta o E7 à semelhança do que o E2 aborda na reposta à questão anterior afirma que existe dificuldade em libertar efetivo suficiente das tarefas habituais de cada organização para que se possam realizar operações conjuntas no âmbito da EMPC.

Sendo que nas respostas à questão anterior a principal dificuldade encontrada pelos entrevistados foi diferença entre as FSS quanto aos objetivos das EMPC, é de denotar que para melhorar o funcionamento das mesmas é necessário chegar a um consenso interinstitucional.

Atentando ainda nas dificuldades anteriormente apresentadas verifica-se também que outra forma de melhorar o funcionamento das EMPC seria a adoção de medidas que proporcionassem uma melhor e mais rápida partilha de informações. O E2 afirma que este problema seria minimizado se a PIIC fosse colocada em funcionamento no terreno.

4.3.6 – Questão nº6: Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

Quadro n.º 15 - Análise de conteúdo à questão nº 6

Entrevistado	Resposta
E2	“O Trabalho de pesquisa é constante, no entanto quando existe a projeção de fazermos uma determinada ação concertada, vai existir antecipadamente um esforço de pesquisa maior sobre esse local ou locais onde vamos executar a operação. Um passo importante que a GNR podia dar era ter uma equipa específica de pesquisa de informações. (...) Deste modo falta uma equipa que ande na rua, não digo infiltrado mas apenas com a função de observar o que se passa em determinados sítios e em que nunca são conotados com a GNR ou com a PSP. Este tipo de equipa era fundamental.”
E3	“As fontes de pesquisa da EMPC do Algarve foram essencialmente as Forças e Serviços de Segurança representados na Equipa, com base nos seus registos de informação, em especial a resultante da atividade de investigação criminal.”
E4	“Foram comparados diversos quadros legislativos europeus e identificadas as adequadas formas de atuar em Portugal considerando, o quadro geral, nomeadamente, o papel da SIBS e das empresas de segurança. Depois de harmonizar a matriz de dados a recolher no Dispositivo policial da PSP e GNR sobre a criminalidade participada, foi efetuado o devido levantamento.”
E5	“Essencialmente os dados recolhidos no Dispositivo policial da PSP e GNR sobre a criminalidade participada.”
E6	“As fontes de pesquisa passaram numa primeira fase pela consulta de revisão da legislação que regula as áreas de intervenção do objeto da Equipa. Uma segunda fase consistiu na pesquisa de manuais e/ou documentos sobre boas práticas de segurança no setor comercial objeto de estudo. A terceira fase, consistiu na recolha de dados respeitantes a incidentes criminais concretos, que foram devidamente agregados e tratados de forma a constituir um relatório especial de informações.”
E7	“Informações recolhidas junto do dispositivo e Denúncias remetidas às mais diversas entidades, as quais são partilhadas na reunião mensal.”

Esta questão procura entender como são recolhidas as informações utilizadas pelas EMPC que contribuem para a sua atividade. Desta forma verifica-se, conforme as respostas do E2, E3, E5 e E7 que a recolha de informações teve como base a atividade constante de investigação criminal, através dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC), assim como o restante do dispositivo policial no que se refere à criminalidade participada. No caso do E4 foram realizadas comparações em diversos quadros legislativos europeus identificando quais as formas de atuar em Portugal, considerando o papel da Sociedade InterBancária de

Serviços e das empresas de segurança. Seguidamente elaborou-se uma matriz de recolha de dados a utilizar pelo dispositivo da PSP e GNR. Através da resposta dada pelo E6 pode-se verificar que existem EMPC que utilizam outros métodos tendo uma atividade de pesquisa de informações mais teórica, através da revisão da legislação que regula o comércio de ouro, foram também realizadas pesquisas de documentos que abordassem a temática das boas práticas de segurança no setor do comércio e por fim foram recolhidos dados relativos aos incidentes criminais relativos às atribuições da EMPC.

4.3.7 – Questão nº7: Quais os métodos adotados por esta EMPC?

Quadro n.º 16 - Análise de conteúdo à questão nº 7

Entrevistado	Resposta
E2	“O método utilizado por esta equipa é a partilha de informação que pode ser diária, as reuniões mensais, as operações realizadas em conjunto com as outras FSS. Conseguimos desta forma que este grupo não fosse apenas teórico mas que também passasse à prática.”
E3	“A EMPC do Algarve no início assentou a sua ação recorrendo ao mesmo método que havia utilizado na EMPC de Amadora/Sintra. Os resultados não foram os melhores, considerando que a realidade do Algarve era substancialmente diferente. O método baseou-se essencialmente na identificação por parte das Forças e Serviços de Segurança, dos indivíduos com atividade criminal atual, em especial estrangeiros, mas não só, com vista a que se desenvolvessem esforços concertados no seio da Equipa, no sentido de proceder à sua detenção ou expulsão do território nacional.”
E4	“Análise criminal dos dados, a qual foi levada a cabo pelo representante do SSI, em cooperação com a PJ. Como referi anteriormente um levantamento de outros quadros normativos foi essencial para o produto final.”
E5	“Análise criminal dos dados, sob a responsabilidade do representante do SSI, baseando-se essencialmente a análise estatística.”
E6	“A metodologia adotada passou primeiro pela definição de objetivos. Depois, foram identificadas as tarefas a desenvolver por cada um dos representantes na EMPC. Cada representante fazia chegar os dados recolhidos ao elemento coordenador da EMPC, que os encaminhava para quem tinha as tarefas de agregar e tratar.”
E7	“Para além da supramencionada reunião mensal, são utilizados os contactos informais entre os diferentes representantes dos diversos organismos, os quais em conformidade com o grau de ameaça, perigosidade para a saúde pública e demais implicações económicas e sociais recebem o devido tratamento e resposta operacional, em coordenação com os diferentes serviços de investigação criminal. As intervenções, em função do grau de perigosidade, poderão ter a colaboração de outras forças da Guarda, nomeadamente Trânsito, Destacamento de Intervenção e SEPNA.”

Relativamente à questão apresentada tem-se por objetivo verificar qual o método de funcionamento das EMPC. Assim constata-se que a EMPC da região do Algarve e o GTPC de Setúbal, através das respostas dos E2, E3 e E7 adotam métodos semelhantes, ou seja

centram a sua metodologia de funcionamento na partilha de informações. Sendo que o E2 refere que a partilha de informação era realizada formalmente em reuniões periódicas com períodos de um mês entre elas ou de forma informal por correio eletrónico ou por telefone. O E3 indica ainda que o método adotado não foi o mais indicado pois limitou-se a imitar as práticas de outra EMPC, neste caso GTPC, o que levou a que não se tivesse em conta os problemas concretos da região Algarvia. Sendo assim o método desta EMPC consistiu na identificação de indivíduos com criminalidade atual, dando maior importância aos indivíduos estrangeiros, com vista a desenvolverem esforços concertados dentro da EMPC. O E4 refere que foi realizada a análise criminal dos dados fornecidos pelo dispositivo da GNR e PSP, sendo que também importa relevar o levantamento de outros quadros normativos. Tendo em conta a resposta do E5 verifica-se que o método utilizado por esta equipa se baseou na análise de dados de forma estatística. Observa-se na resposta do E6 que o método utilizado por esta EMPC se baseia também na partilha de informações no seio da EMPC verificando-se aqui uma maior preocupação dos elementos da EMPC em identificar claramente os objetivos para minimizar a dificuldade abordada questão nº4.

4.3.8 – Questão nº8: De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

Quadro n.º 17 - Análise de conteúdo à questão nº 8

Entrevistado	Resposta
E2	“A partilha de informações segue o seguinte método: este grupo técnico reúne-se mensalmente, onde é feito um brífingue por cada entidade sobre as ocorrências do mês anterior, ou seja, do período entre reuniões. Abordando o que houve de mais relevante após os brífingues fala-se das preocupações e dos fenómenos criminais que preocupam cada entidade. Estas reuniões servem desde logo para fazer uma troca de informações, muitas das vezes complementada a posteriori com envio de informações por escrito, correio eletrónico, etc. O fundamental deste GTPC é a proximidade e o facilitar o contato entre todas estas entidades.”
E3	“Cada Força ou Serviço de Segurança identificava os indivíduos que considerava como ameaça, que depois eram integrados numa lista única. Por vezes identificavam-se indivíduos que eram considerados como ameaça, por mais do que uma Força. A partir da identificação desses indivíduos procurava-se a melhor estratégia de ação para cada caso em concreto.”
E4	“No futuro terá repercussões, pois tudo o que foi desenvolvido será para ter em consideração nas ATM a instalar, em virtude dos custos de remodelação dos atuais serem elevados, pelo menos de momento.”
E5	“Não me é possível responder a esta questão pois dado não ter sido envolvido nos trabalhos após Outubro de 2012.”
E6	“Os métodos foram adotados de forma consensual em sede de colégio dos vários elementos da EMPC, e foram postos em prática aproveitando as responsabilidades e funções que cada elemento da EMPC desempenha nas respetivas instituições.”

E7	“Estes métodos obedecem ao protocolo que estabelece e regula a coordenação Interinstitucional, atuando cada organismo em função da sua lei orgânica.”
-----------	---

No que respeita a esta questão tenta-se esclarecer como foram postas em prática as metodologias adotadas pelas várias EMPC. Sendo que se denotou outra semelhança entre o GTPC de Setúbal e a EMPC da região do Algarve. Na medida em que estas se baseiam na troca de informações com o intuito de determinar quais os fenómenos criminais, ou autores dos crimes mais preocupantes. Com uma diferença pois o GTPC de Setúbal troca informações através de reuniões e através de contactos pessoais, por outro lado e apesar da EMPC da região do Algarve também utilizar as reuniões recorre-se ainda de uma lista única. No que respeita à resposta do E4 constata-se que e os métodos adotados terão repercussões futuras pois em virtude dos custos não será possível remodelar os atuais ATM. Pode-se verificar ainda que na resposta do E6 que os métodos adotados foram postos em prática tendo em conta as responsabilidades e funções de cada um dos elementos da EMPC. Importa também referir que não é possível ao E5 responder às próximas questões devido ao facto de ter deixado de desempenhar funções na EMPC da qual fazia parte e pelo facto desta ter cessado a atividade como foi verificado anteriormente na revisão da literatura, desta forma as próximas questões não se aplicam ao mesmo. Nesta resposta o E7 afirma que os métodos utilizados baseiam-se no “protocolo que estabelece e regula a coordenação Interinstitucional” sendo que cada organismo atua de acordo com as suas competências.

4.3.9 – Questão nº9: Qual o produto final desta EMPC?

Quadro n.º 18 - Análise de conteúdo à questão nº 9

Entrevistado	Resposta
E2	“Desta forma o produto final deste GTPC são as operações conjuntas realizadas entre as FSS.”
E3	“Pode considerar-se também como resultado positivo no produto final, a junção de elementos da área operacional ou de informações, que partilha informação considerada de relevo no âmbito da segurança.”
E4	“Carta de risco nacional e boas praticas para a instalação de ATM.”
E5	“Nada a referir devido ao facto apresentado na questão 8.”
E6	“O produto final desta EMPC, resultou na adoção pela EMPC de um Manual de Boas Práticas que tinha sido elaborado pela GNR e PSP patrocinado pelo Governo Civil do Porto, e ainda num relatório especial de informações, que foi distribuído aos diversos órgãos de soberania, e às instituições que têm responsabilidades neste setor.”
E7	“O produto final, materializa-se através dos resultados decorrentes das inúmeras apreensões aos mais diversos níveis, com forte impacto em receitas para o estado, fruto das coimas aplicadas.”

Nesta questão é intenção do autor a clarificação do produto final de cada EMPC. Denota-se assim que os produtos finais das EMPC, cujos E2, E3 e E7 fazem parte são similares, ou seja, baseiam-se na realização de operações conjuntas entre as FSS e nos resultados por elas obtidos, reforçando o facto de estas EMPC possuírem um carater mais prático em relação ao resto das EMPC. Pode-se verificar esta diferença entre os produtos finais das EMPC na medida em que com a reposta do E4 apura-se que o produto final consiste num documento denominado “Carta de risco nacional e boas práticas para a instalação de ATM”, da mesma forma no caso do E6 constata-se que o produto final desta EMPC é a adoção de um manual de boas praticas elaborado pela GNR e PSP patrocinado pelo Governo Civil do Porto, assim como um relatório especial de informações sendo este distribuído às instituições com responsabilidade neste setor assim como aos diversos órgãos de soberania.

4.3.10 – Questão nº10: De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

Quadro n.º 19 - Análise de conteúdo à questão nº 10

Entrevistado	Resposta
E2	“O resultado deste produto final consiste no passar da mensagem à população de que as FSS estão a trabalhar em conjunto (...) Como exemplo desta situação temos caso de no biénio 2010-2011 os fenómenos criminais que mais existiam eram os assaltos a ourivesarias, os assaltos a farmácias e os assaltos aos postos de abastecimento de combustível. Desta forma houve um trabalho conjunto entre GNR, PSP e PJ na tentativa de fazer cessar este tipo de crimes, existindo uma preocupação conjunta no que diz respeito à troca de informações. Obtendo um resultado positivo na medida em que estes ilícitos criminais no ano seguinte praticamente cessaram.”
E3	“Não sendo fácil identificar um produto final com relevância preponderante pois não foram identificados na altura critérios de avaliação de impacto do trabalho desenvolvido, pelo que a quantificação de resultados não se podem fazer nem sequer extrapolar. Pode-se afirmar ainda assim, que a EMPC do Algarve permitiu agilizar procedimentos entre as Forças e Serviços de Segurança, tornando mais fácil o contacto entre os diversos representantes”
E4	“O trabalho da EMPC foi enviado ao MAI e suportou algumas orientações no âmbito do risco para esta matéria no que concerne à segurança interna. Aproximou organizações policiais e especialmente a SIBS e empresas de segurança envolvidas neste âmbito de atividade.”
E5	“Nada a referir.”
E6	“Desconheço de que forma foi o mesmo utilizado, e quais os resultados obtidos.”
E7	“De realçar o controlo efetuado junto dos diferentes agentes económicos, com nítidas melhorias para a saúde pública e ordenamento social.”

Finalmente no que concerne a esta questão procura-se verificar os resultados obtidos a partir do produto final. Verifica-se que o E2 afirma que os resultados obtidos foram positivos visto que a ocorrência de criminalidade diminuiu drasticamente após a

realização das ações conjuntas. No que respeita à resposta do E3 este afirma que os resultados obtidos não foram de extrema relevância, na medida em que não influenciam significativamente a diminuição da criminalidade na região. Na resposta do E3 este afirma que não foram identificados critérios de avaliação de impacto do trabalho desenvolvido, pelo que não se torna possível verificar a influência desta EMPC na redução do crime na região. Na resposta do E4 nota-se que o trabalho desenvolvido pela sua EMPC foi enviado ao Ministério da Administração Interna sendo que suportou algumas orientações no que diz respeito à matéria dos ATM. Do mesmo modo que o E3, na resposta do E6 constata-se que existe uma lacuna no que diz respeito à verificação dos resultados obtidos através do produto final, este problema vai ao encontro do que é abordado pelo mesmo na questão 5. O E7 refere que o controlo efetuado junto dos agentes económicos melhorou nitidamente a saúde pública e o ordenamento social.

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

Neste capítulo pretende-se verificar a validade das hipóteses apresentadas na fase inicial do trabalho. Segundo Sarmiento (2008, p.88) as hipóteses podem ser “verificadas, não verificadas ou parcialmente verificadas”. Para validar a resposta que é dada a cada uma das hipóteses é também apresentada a justificação da mesma. Para este efeito é utilizada a informação obtida e tratada através da realização das entrevistas no capítulo anterior.

5.1 – Verificação das Hipóteses

“H1 - A GNR tem um papel importante nas EMPC.” – A hipótese anteriormente apresentada é totalmente verificada visto que a GNR é uma das FSS presentes em todas as EMPC, facto que é clarificado nas questões nº4 do guião de entrevista A e na questão nº 2 do guião de entrevista B. O E1 afirma “No entanto, nestas EMPC principais, todas elas foram compostas por elementos da GNR, PSP, PJ, SEF e SIS.” Outro dos factores que contribui para a verificação desta hipótese é o facto de que na realização das operações de planeamento conjunto e execução simultânea a GNR e a PSP são as forças de segurança que empenham mais elementos.

“H2 - As EMPC são escolhidas pelo SGSSI tendo em conta o tipo de fenómeno criminal.” – Durante o tratamento da informação, principalmente da questão nº3 do guião de entrevista A constata-se que esta hipótese é parcialmente verificada, tendo em conta que existem dois tipos de critérios para a escolha das EMPC, segundo o E1 os critérios de escolha das EMPC foram o facto de existirem “regiões mais afetadas pela prática de crimes violentos e graves” e ainda “a evolução de certos fenómenos criminais”. Desta forma verifica-se que as EMPC estão divididas em dois grandes grupos, sendo eles o grupo das EMPC criadas com base num fenómeno criminal específico, e o grupo das EMPC que surgem devido ao aumento da prática de crimes violentos e graves em determinada região.

Denota-se assim que os dois GTPC e a EMPC da região do Algarve são criadas tendo em conta a ocorrência de crimes em determinada região. Sendo que as EMPC para os ATM, para os metais não preciosos e para as ourivesarias são dirigidas a um fenómeno em específico. Importa ainda salientar que as EMPC são criadas apenas pelo SGSSI, mas só depois de ouvido o GCS.

“H3 – A orgânica das EMPC é variável sendo que pretende adaptar-se à realidade específica de cada uma.” – Atentando nas respostas obtidas às questões nº 4 do guião de entrevista A e nº2 do guião de entrevista B, esta hipótese verifica-se. Tendo por base a resposta do E1 à questão nº4 constata que “A sua composição é variável e não obedece a critérios rígidos.” As respostas dos restantes entrevistados também validam esta hipótese na medida em que se verifica que as respostas variam no que diz respeito a certos elementos. Como se constata a ASAE enquadra-se nas respostas do E7 e do E6 e a Polícia Marítima encontra-se nas respostas dos E2, E3 e E7 não fazendo parte de mais nenhuma EMPC.

“H4 – As EMPC têm como atividade fundamental a realização de operações de planeamento conjunto e execução simultânea no terreno.” – Esta hipótese é parcialmente verificada. Tendo por base a resposta às questões nº7 do guião de entrevista A e nº 3 do guião de entrevista B. Na questão nº7 o E1 afirma que podem variar desde “a coordenação e execução de operações conjuntas, ao estudo conjunto de determinado fenómeno criminal, passando por apresentação de propostas agregadas de medidas preventivas.” Averiguando a resposta do E2, E3 e E7 verifica-se que estas EMPC realizam este tipo de operações, mas abordando o E4, E5 e E6 apura-se que estas EMPC têm como objetivos a realização de estudos nacionais sobre o furto de metais não preciosos, furtos e roubos em ATM, ou em ourivesarias, assim como a apresentação de documentos de boas práticas com intuito de reduzir os comportamentos de risco dos cidadãos.

“H5 – A metodologia e objetivos de trabalho para cada uma das EMPC são definidos pelo representante do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.” – Esta hipótese não se verifica na medida em que os métodos adotados pelas equipas são decididos pelas mesmas. Encontra-se a justificação deste facto na resposta à pergunta nº7 do guião de entrevista B. Constata-se assim a existência de diversas metodologias de trabalho no interior das EMPC. Analisando as respostas do E2 e E7 é possível afirmar que esta EMPC recorre essencialmente à partilha de informações, formalmente nas reuniões periódicas que são efetuadas todos os meses, ou informalmente através de contatos pessoais via telefone ou correio eletrónico com vista a agilizar a comunicação entre os

vários elementos da EMPC. No caso do E3 o método adotado foi sensivelmente o mesmo que o verificado no caso anterior sendo que basearam a sua metodologia na partilha de informações, desta feita de forma menos abrangente que no caso do E2 sendo que esta informação dizia respeito à identificação de indivíduos com atividade criminal atual com principal incidência em indivíduos estrangeiros. Atentando nos E4, E5 e E6 é possível verificar que os métodos baseiam-se na recolha de informação mais teórica devido ao seu produto final ser na maior parte das vezes a realização de estudos.

“H6 – O desempenho das EMPC é dificultado pelo facto dos seus elementos possuírem objetivos institucionais diferentes.” – A presente hipótese é verificada sendo que a justificação para esta decisão encontra-se plasmada nas respostas à questão nº4 do guião de entrevista B. Assim sendo o E3 alega que “A principal dificuldade que se sente quando se trabalha com elementos de diversas organizações, prende-se com o facto dos objetivos das organizações não serem sempre coincidentes”, o E4, E5 e E6 indicam também como principais dificuldades as “diferentes visões que os dirigentes das diversas organizações têm sobre as equipas mistas” e “são estas diferentes visões e abordagens que normalmente constituem as principais dificuldades” respetivamente. É importante ainda enumerar outras dificuldades apresentadas por alguns entrevistados, que não sendo comuns a todas as EMPC, afetam particularmente algumas destas. No caso do E3 existem problemas na partilha de informação, na opinião do entrevistado não por motivos institucionais mas por motivos pessoais. Outro problema, desta forma, apresentado pelo E5 é o facto de por vezes não ser dada a importância necessária às EMPC, por parte das instituições, levando a que o desempenho dos seus elementos não seja a melhor.

“H7 – Os resultados obtidos pelas EMPC são avaliados posteriormente com vista a verificar a influência destas na sociedade.” – Com base na hipótese supracitada, constata-se que esta se verifica parcialmente. Embora fosse benéfico para a atividade das EMPC a existência de uma análise dos resultados obtidos por todas elas, este facto não se verifica. Com esta análise seria possível verificar se o trabalho desenvolvido influencia a ocorrência de crimes do âmbito da EMPC, levando a que fossem mantidas ou adotadas novas medidas para melhorar o seu desempenho. Só tendo uma ideia do desempenho da EMPC, e da sua influência na sociedade é que se pode “medir” a sua importância. Este facto encontra-se plasmado nas respostas do E3 e E6 à questão nº10. Nesta questão o E3 refere que “não foram identificados na altura critérios de avaliação de impacto do trabalho desenvolvido, pelo que a quantificação de resultados não se podem fazer nem sequer extrapolar”. Sendo que o E6 afirma desconhecer “de que forma foi o mesmo utilizado

(produto final), e quais os resultados obtidos.”. Felizmente constata-se que no caso da EMPC dos ATM, esses resultados foram utilizados sendo que foram tidos em conta pelo Ministério da Administração Interna como suporte para a elaboração de orientações no âmbito da segurança interna.

5.2 – Reflexões Finais

Este trabalho surge com o tema “As Equipas Mistas de Prevenção Criminal”, sendo que o autor, propôs-se mostrar de que forma estas equipas foram formadas, assim como qual a sua estrutura, os métodos de funcionamento e os contributos destas no que diz respeito à segurança. Com vista a poder atingir este objetivo foram levantadas inicialmente algumas questões derivadas, que são respondidas neste capítulo.

A primeira questão levantada consistia em determinar “**qual o papel da GNR nas EMPC**”, com base na investigação presente no presente trabalho pode-se verificar que os elementos da GNR presentes nas EMPC são representantes da organização nas mesmas, tendo como papel fundamental partilhar as informações que a instituição possui e que é necessária para o desenvolvimento do trabalho da EMPC. É ainda importante dar relevo ao facto da GNR pertencer a todas as EMPC atualmente existentes, sendo uma das FSS, a par com a PSP, que emprega mais efetivos na realização de operações conjuntas.

A questão que surgiu seguidamente abordava “**quais os critérios de seleção das EMPC**”, deste trabalho extrai-se que a seleção das equipas difere segundo dois critérios, podendo ser criadas tendo em conta um fenómeno criminal específico, como é o exemplo das EMPC dos ATM, Ourivesarias e Metais não preciosos. O outro critério é o da criação das EMPC tendo em consideração as regiões mais afetadas pela prática de crimes violentos e graves.

Tendo em conta este facto tornou-se importante saber que atividades são desenvolvidas pelas EMPC, assim surge a terceira questão derivada que pretende verificar “**que tipos de ações são realizadas pelas EMPC**”. A resposta obtida nesta investigação a esta pergunta foi abordada através da verificação parcial da H4. Desta forma verifica-se que existem três tipos de ações que podem ser desenvolvidas pelas EMPC sendo estas a execução de operações conjuntas, o estudo conjunto de determinado fenómeno criminal e a apresentação de propostas agregadas de medidas preventivas. Constata-se assim que as EMPC cujo critério de criação assenta no aumento da criminalidade em certa região

tendem a efetuar mais operações conjuntas que as EMPC que surgem no âmbito de um fenómeno criminal específico, cuja atividade mesmo que também sejam realizadas operações, consistem mais em termos teóricos, realizando estudos acerca da evolução deste tipo de criminalidade ou procurando encontrar medidas preventivas que façam frente a este tipo de criminalidade.

A questão que o autor se propôs responder de seguida abordava **“que dificuldades surgem no relacionamento com outras FSS”** no que concerne a este tema denotou-se que as dificuldades não variavam muito de entre as várias EMPC, sendo que a principal dificuldade se prende com a heterogeneidade dos objetivos institucionais de cada FSS presente na EMPC. Para além desta constata-se também que as relações pessoais também podem ser um entrave ao funcionamento das EMPC, na medida em que por vezes os elementos das EMPC se opõem à partilha de informações o que pode levar a um mau funcionamento da mesma. Outro problema apontado por um dos elementos consiste em por vezes não ser dada a devida importância às EMPC o que pode levar a que estas não obtenham o desempenho pretendido.

Para que este desempenho seja quantificado surgiu mais uma questão derivada. Esta questão procura saber **“de que forma é verificada a influência das EMPC na sociedade”**, ao analisar a informação o autor deparou-se que por vezes certos membros das EMPC não tinham conhecimento de que resultados tinham obtido, ou de que forma a EMPC foi influente na diminuição da criminalidade, ou até, se os produtos finais obtidos que por vezes consistem em manuais e estudos são utilizados. Este é um fenómeno preocupante visto que é importante para quem faz parte de uma EMPC sentir que o seu trabalho obteve resultados. Para além de que é uma forma de avaliar se a EMPC está a funcionar corretamente ou se pelo contrário é necessário recorrer a algumas alterações visando aumentar a eficácia da mesma.

Por fim cabe ao autor refletir sobre a questão de partida desta forma pretende-se apurar **“Qual a origem, composição e forma de funcionamento das equipas mistas de prevenção criminal?”**. Com o presente trabalho pode-se afirmar que as EMPC têm a sua génese na Lei-Quadro de Política Criminal, sendo que neste diploma legal verifica-se que compete ao Governo apresentar ao parlamento propostas de Lei com objetivos, prioridades e orientações de política criminal. Assim surge a Lei nº 38/2009, de 20 de julho, que estabelece estes objetivos e prioridades para o biénio 2009-2011. É neste diploma legal que no nº2 do seu artigo 12º que está ratificado que o SGSSI, ouvindo o GCS pode criar EMPC para prevenir os crimes previstos no artigo 3º da mesma Lei. Verifica-se ainda que as

EMPC têm uma composição variável sendo que existem FSS que são transversais a todas elas, estas FSS são a GNR, a PSP, a PJ, O SEF e o SIS. Por fim a forma de funcionamento destas EMPC é também variável sendo que se pode diferenciar em dois grandes tipos. Ao longo do trabalho verificou-se que de acordo com o critério de formação da equipa estas adotavam metodologias semelhantes. Assim sendo constata-se que as EMPC criadas com base numa região específica são mais práticas, realizando mais operações no terreno que as que são criadas com base num fenómeno criminal particular que baseiam a sua atividade na realização de estudos e na apresentação de propostas agregadas de medidas, não obstante também poderem realizar operações conjuntas.

Bibliografia

- Alvelos, J. (2008). Prevenção da criminalidade – Uma reinvenção necessária. *Segurança e Defesa*. Vol. 8, 80-83.
- Alves, C. (2008). *Em busca de uma Sociologia de Polícia*. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, C. (2010). *Introdução à segurança*. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana.
- Clemente, P. (2013). Prevenção e Segurança: Políticas e Estratégias. In Almeida, P. (Coord.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e prevenção da criminalidade*. Lisboa: Horácio Piriquito
- Crawford, A. (2007). Crime prevention and community safety. In Maguire, M., Morgan, R. e Reiner, R. (Coord.) *The Oxford Handbook of Criminology*. (4ª Ed.) , New York: Oxford University Press Inc.
- Cusson, M. (2007). De l'action de sécurité. In *Traité de Sécurité Intérieure*, Maurice Cusson, Benoît Dupon e Frédéric Lemieux (Ed.). Les Cahiers du Québec - Collection Droit et Criminologie, Montréal: Éditions Hurtubise HMH.
- Decisão 2009/902/JAI do Conselho da UE, de 30 de novembro.
- Decreto-Lei nº 240/2012 de 6 de Novembro. Diário da República, n.º 240/12 - 1 Série. Ministério da Administração Interna.
- ECPN (n. d.). *Be Crime Prevention Strategy Page*. Retirado: maio, 20, 2013 de http://www.eucpn.org/download/?file=eucpn_crime_prevention_strategy_Belgium.pdf&type=10

- ECPN (n. d.). *Crime Prevention in France organisation and strategy*. Retirado: maio, 20, 2013 de http://www.eucpn.org/download/?file=eucpn_crime_prevention_strategy_France.pdf&type=10
- ECPN (n. d.). *Crime Prevention strategies in Italy*. Retirado: maio, 20, 2013 de http://www.eucpn.org/download/?file=eucpn_crime_prevention_strategy_Italy.pdf&type=10
- ECPN (n. d.). *Portuguese national strategy on crime prevention – A review*. Retirado: maio, 20, 2013 de http://www.eucpn.org/download/?file=eucpn_crime_prevention_strategy_Portugal.pdf&type=10
- Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero acabar com a criminalidade e a violência urbana*. Editorial Inquerito: Mem Martins
- João, P., Lobo, V. e Bação, F (2013). Modelo preventivo da criminalidade. In Almeida, P. (Coord.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e prevenção da criminalidade*. Lisboa:Horácio Piriquito
- King, M. (2013). The Political Construction of Crime Prevention: a Contrast between the French and British Experience. In Stenson, K. (Coord.), *The politics os crime control*. London: SAGE Publications, Ltd
- Koulouris, N. (2008). *Crime prevention Dreams and Nightmares in Risk Societies*. Retirado: junho, 10, 2013 de http://intellectum.org/articles/issues/intellectum5/en/ITL05p043070_Crime%20Prevention%20Dreams%20and%20Nightmares%20in%20Risk%20Societies_Nikos%20Koulouris_English.pdf
- Kulach, J. (2006). *Cultures of prevention urban crime prevention policies in europe: towards a common culture?*. Retirado: http://efus.eu/files/fileadmin/efus/pdf/gb_pub_justy.pdf
- Lei nº 37/2008, de 6 de Agosto. Diário da República, n.º 151/08 - 1 Série. Assembleia da República.
- Lei nº 51/2007, de 31 de Agosto. Diário da República, n.º 168/07 - 1 Série. Assembleia da República.

Lei nº 53/2007, de 31 de Agosto. Diário da República, n.º 168/07 - 1 Série. Assembleia da República.

Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto. Diário da República, n.º 167/08 - 1 Série. Assembleia da República.

Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro. Diário da República, n.º 213/07 – 1 Série. Assembleia da República

Lei nº 9/2007, de 19 de Fevereiro. Diário da República, n.º 35/07 - 1 Série. Assembleia da República.

Machado, C (2004). *Crime e insegurança discursos do medo imagens do outro*. Editorial Notícias: Lisboa

Academia Militar (2011). *Norma para a redação do relatório científico final - Anexo F à NEP 520/DE, de 30 de junho de 2011*, Academia Militar, Lisboa.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais Trajectos*. (J. Marques., M. Mendes., M. Carvalho, Trad.), (5ª Ed.), Lisboa: Gradiva

RASI (2011). Acedido em 22 de maio de 2013, em http://www.portugal.gov.pt/media/555724/20120330_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf

RASI (2012). Acedido em 13 de abril de 2013, em http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

Sarmento, Manuela (2008). – *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Pactor.

Apêndices

APÊNDICE A – Guião de Entrevista A



ACADEMIA MILITAR

As equipas mistas de prevenção criminal

Autor: Ricardo Alexandre Treno Martins Monteiro

Orientador: Major de Infantaria da GNR José Manuel Marques Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2013

ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nome:

Posto:

Função:

Questões:

1. Como se procedeu à criação destas equipas?
2. Com que objetivos foram criadas as EMPC?
3. Qual foi o critério de seleção das áreas de emprego das EMPC (ourivesarias, metais não preciosos, zonas do Algarve, Setúbal e Sintra)?
4. Quais os elementos que constituem cada uma das EMPC?
5. Como é mantida a colaboração entre os vários elementos?
6. Qual ou quais as funções dos elementos da GNR nas EMPC?
7. Quais as ações realizadas pelas EMPC?
8. Tem conhecimento de algumas equipas deste género em outros países?

APÊNDICE B - Guião de entrevista B



ACADEMIA MILITAR

As equipas mistas de prevenção criminal

Autor: Ricardo Alexandre Treno Martins Monteiro

Orientador: Major de Infantaria da GNR José Manuel Marques Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2013

ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nome:

Posto:

Função:

Questões:

1. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?
2. Por quem é formada esta EMPC?
3. Quais as ações realizadas por esta EMPC?
4. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?
5. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?
6. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?
7. Quais os métodos adotados por esta EMPC?
8. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?
9. Qual o produto final desta EMPC?
10. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

APÊNDICE C - Entrevista ao Subintendente Coimbra

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Coimbra

Posto: Subintendente

Função: Chefe do Gabinete do Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna

Questões:

1- Como se procedeu à criação destas equipas?

A criação das Equipas Mistas tem a sua génese num normativo legal. Com efeito, em 2006 foi publicada a Lei-Quadro de Política Criminal (Lei n.º 17/2006, de 23 de maio), sendo que este diploma legal estabelece que compete ao Governo apresentar ao parlamento propostas de Lei que com objectivos, prioridades e orientações de política criminal, denominadas leis sobre política criminal. Nesta base, em 2009 foi aprovada e publicada a Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, que veio estabelecer a política criminal para o biénio 2009-2011. Nesta Lei, no seu artigo 12.º, no seu n.º 2, estabeleceu-se que o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), ouvindo o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) poderia criar equipas mistas para prevenir crimes violentos e graves de prevenção prioritária (crimes esses que estavam definidos no art.º 3.º da mesma Lei). Deste modo, com a base legal elencada, o SGSSI criou, até finais de 2011, algumas EMPC, sendo que, a partir de 2012, e uma vez que o Governo não apresentou mais propostas de Lei sobre política criminal, passou a existir um vazio legal para a criação das EMPC, uma vez que a Lei 38/2009 deixou de estar em vigor.

2. Com que objetivos foram criadas as EMPC?

Os objectivos foram sempre a prevenção da criminalidade violenta e grave, de acordo com as exigências legais e considerando o papel de coordenação e cooperação que deve existir nesta matéria entre as FSS. Estas EMPC são sempre criadas pelo SGSSI, depois de ouvido o GCS.

3. Qual foi o critério de seleção das áreas de emprego das EMPC (ourivesarias, metais não preciosos, zonas do Algarve, Setúbal e Sintra)?

Os critérios foram vários. Desde a evolução de certos fenómenos criminais até a regiões mais afectadas pela prática de crimes violentos e graves. Ou seja, por exemplo, a criação das EMPC dos ATM's, dos Furtos de Metais Não Preciosos, ou das Ourivesarias, prenderam-se com a realidade que este tipo de criminalidade estava a assumir no País e com a necessidade de dar-se uma resposta articulada para a sua prevenção. Já a EMPC do Algarve prendeu-se, sobretudo, com o facto de aquela Região estar a observar uma escalada de vários tipos de crimes violentos e graves, a que seria necessário dar existir uma maior articulação e partilha de informação entre as FSS locais.

4 Quais os elementos que constituem cada uma das EMPC?

A sua composição é variável e não obedece a critérios rígidos. No entanto, nestas EMPC principais, todas elas foram compostas por elementos da GNR, PSP, PJ, SEF e SIS. Na EMPC do Algarve, além destas FSS, também fizeram parte os Serviços Prisionais, a Polícia Marítima e um representante do Ministério Público.

5. Como é mantida a colaboração entre os vários elementos?

Esta colaboração, coordenação e articulação é mantida de várias formas. A principal é a realização de reuniões regulares, entre os seus representantes, para partilha de informação, definição de estratégias e metodologias de trabalho, definição e planeamento de objectivos e execução de determinadas tarefas, que podem ser, entre outras, a realização de operações conjuntas.

6. Qual ou quais as funções dos elementos da GNR nas EMPC?

As funções são as mesmas que quaisquer outros representantes de outras FSS. Representar a sua instituição e, de acordo com as estratégias e metodologias traçadas, partilhar a informação sobre a sua ZA e articular com as outras FSS o emprego de meios, caso assim se decida.

7. Quais as ações realizadas pelas EMPC?

Podem ser várias e de vária natureza. Desde a coordenação e execução de operações conjuntas, ao estudo conjunto de determinado fenómeno criminal, passando por apresentação de propostas agregadas de medidas preventivas.

8. Tem conhecimento de algumas equipas deste género em outros países?

Ao nível da Europa existem vários mecanismos de cooperação policial, que podem, inclusive, criar equipas de prevenção ou combate a determinados fenómenos criminais entre vários Estados-Membros. Dentro de cada país, como por exemplo, França ou Espanha, existe estruturas de coordenação superior das suas FSS que também têm prerrogativas para a criação de equipas mistas entre as várias Polícias.

APÊNDICE D – Entrevista ao Tenente Coronel Nortadas

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Nortadas

Posto: Tenente Coronel

Função: Representante da GNR na GTPC para a região de Setúbal.

Questões:

1. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?

Este GTPC surgiu devido a uns problemas que surgiram na zona da Trafaria, no início o GTPC denominava-se Grupo da Trafaria. Este grupo da Trafaria ainda realizou duas ou três reuniões, entretanto fruto daquilo que se conseguiu ultrapassar trabalhando em conjunto com as várias entidades achou-se por bem manter estas reuniões periódicas, todos os meses, com os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) do distrito. O grupo técnico serviu essencialmente para as pessoas se conhecerem e facilitar a comunicação entre estas pessoas. Porque quando não temos proximidade com as outras entidades e com outras pessoas as coisas não resultam.

Quem está presente neste GTPC é o topo da hierarquia do distrito, sendo que por vezes tanto o comandante da GNR de setúbal como o comandante da PSP não podem estar presentes, daí que tanto eu na GNR como o subintendente Santos da PSP somos os elementos que estamos em permanência nesse GTPC e facilitam a comunicação, não vai ser o comandante do Comando Territorial de Setúbal que vai ligar para o comandante da PSP a pedir informações sobre determinadas coisas portanto depois desce de certa forma o patamar.

2. Por quem é formada esta EMPC?

Quem faz parte deste Grupo que se deixou de chamar Grupo da Trafaria e passou a chamar-se Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade é a GNR, PSP, PJ, SEF, SIS, Serviços Prisionais e a polícia marítima. Por vezes também são realizadas

operações em que outras FSS nos pedem apoio como é o caso da autoridade para as condições no trabalho (ACT) e da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

3. Quais as ações realizadas por esta EMPC?

Sempre que existe necessidade de apoio de qualquer uma das forças estão abertas as portas todas, por vezes, não tanto a nível de prevenção criminal mas mais já de investigação criminal, por vezes temos de executar buscas na área da PSP e vice-versa se vamos fazer uma fiscalização em que é importante o SEF estar presente, com um telefonema ou um *e-mail* o SEF diz-nos logo se colabora connosco, para além destas entidades que fazem parte do GTPC existem outras entidades que solicitam muitas vezes o nosso apoio e nós damos o apoio por exemplo a ACT, e quando realizamos operações também os convidamos a participar.

Em termos efetivos de terreno, parte operacional, já realizámos operações conjuntas, em que tentamos conciliar as áreas da GNR e da PSP que sejam próximas para que as forças que estejam no terreno possam dar apoio uma à outra caso necessário, essas operações são denominadas operações de planeamento conjunto e execução simultânea sendo que a GNR comanda a GNR e a PSP comanda a PSP, não existe assim “uns a mandar noutros”, mas as coisas são coordenadas por forma a realizar uma coisa mais ampla onde participa o SEF, a PJ, a ACT, a ASAE. Já realizámos várias operações no distrito onde conseguimos logo inserir toda esta panóplia de entidades, o que por vezes não é muito fácil. Sendo que são criadas umas “equipas mistas” para que quando se fiscaliza todas as entidades necessárias a essa fiscalização estejam presentes.

4. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

No caso deste GTPC não existem grandes dificuldades ao nível da colaboração com as várias entidades. As FSS que aqui presentes, e inclusive até o facto do SIS participar nas nossas reuniões, têm uma abertura e uma capacidade de colaborar ao nível da partilha de informações muito importante. Existe assim uma conexão entre todos os OPC. Atualmente o que nós sentimos e a PSP também sente é que as exigências pelo escalão superior são tantas que nós temos operações sobre operações, por exemplo, temos uma operação que vai decorrer durante quatro meses, mas ao mesmo tempo que esta está a decorrer existem depois operações parcelares, ou seja, neste momento aquilo

que vemos é que não temos efetivo, nem temos meios, nem temos espaço de calendário pela falta de efetivos para fazermos coisas de iniciativa própria. Devido a operações que por vezes vêm da EUROPOL ou da FRONTEX e de várias entidades nacionais não nos liberta tempo para as operações de iniciativa própria.

5. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

Era muito bom que a Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC) já estivesse em funcionamento no terreno. Atualmente dificilmente se pode fazer mais pela falta de meios. Nós desde o início deste ano estamos a tentar projetar mais uma operação conjunta no distrito e a verdade é que não se consegue porque não se encontram datas coincidentes entre a GNR e a PSP, que são as entidades que empenham mais efetivo.

6. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

O Trabalho de pesquisa é constante, no entanto quando existe a projeção de fazermos uma determinada ação concertada, vai existir antecipadamente um esforço de pesquisa maior sobre esse local ou locais onde vamos executar a operação. Um passo importante que a GNR podia dar era ter uma equipa específica de pesquisa de informações. Por exemplo no Comando Territorial temos o Núcleo de Apoio Operativo (NAO), mas este núcleo não é para pesquisa de informações este núcleo é para dar apoio aos outros núcleos de investigação criminal em determinadas investigações, como vigilâncias, seguimentos, por vezes, nas escutas. Deste modo falta uma equipa que ande na rua, não digo infiltrado mas apenas com a função de observar o que se passa em determinados sítios e em que nunca são conotados com a GNR ou com a PSP. Este tipo de equipa era fundamental.

7. Quais os métodos adotados por esta EMPC?

O método utilizado por esta equipa é a partilha de informação que pode ser diária, as reuniões mensais, as operações realizadas em conjunto com as outras FSS. Conseguimos desta forma que este grupo não fosse apenas teórico mas que também passasse à prática.

8. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

A partilha de informações segue o seguinte método: este grupo técnico reúne-se mensalmente, onde é feito um brífingue por cada entidade sobre as ocorrências do mês anterior, ou seja, do período entre reuniões. Abordando o que houve de mais relevante após os brífingues fala-se das preocupações e dos fenómenos criminais que preocupam cada entidade. Estas reuniões servem desde logo para fazer uma troca de informações, muitas das vezes complementada *a posteriori* com envio de informações por escrito, correio eletrónico, etc. O fundamental deste GTPC é a proximidade e o facilitar o contato entre todas estas entidades.

9. Qual o produto final desta EMPC?

Desta forma o produto final deste GTPC são as operações conjuntas realizadas entre as FSS.

10. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

O resultado deste produto final consiste no passar da mensagem à população de que as FSS estão a trabalhar em conjunto, e isso também se repercute um bocado, e notámos isso na criminalidade, ou seja, os próprios prevaricadores se sentiram que era mais complicado cometer crimes, pois a criminalidade aproveita-se desta questão das competências territoriais para cometer um crime num local e depois cometer um crime noutra, à semelhança do que fazem com as comarcas dos tribunais. Como exemplo desta situação temos caso de no biénio 2010-2011 os fenómenos criminais que mais existiam eram os assaltos a ourivesarias, os assaltos a farmácias e os assaltos aos postos de abastecimento de combustível. Desta forma houve um trabalho conjunto entre GNR, PSP e PJ na tentativa de fazer cessar este tipo de crimes, existindo uma preocupação conjunta no que diz respeito à troca de informações. Obtendo um resultado positivo na medida em que estes ilícitos criminais no ano seguinte praticamente cessaram.

APÊNDICE E - Entrevista ao Tenente Coronel Branco

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Carreirinha Branco

Posto: Tenente Coronel

Função: Representante da GNR na EMPC para a prevenção dos crimes de furto e roubo de máquinas ATM

Questões:

1. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?

A equipa mista de prevenção criminal dedicada ao fenómeno dos furtos de ATM foi criada com os seguintes objetivos:

- identificar quais os fatores de risco a que estão expostas as ATM (devendo considerar os diversos tipos de máquinas);
- identificar os diversos tipos de medidas ativas e passivas que podem ser tomadas, quer no âmbito do policiamento, quer aquando da implantação das máquinas nos espaços físicos;

A realização do estudo teve um âmbito nacional, e passou pela caracterização do crime, nomeadamente, locais, datas, horas, *modi operandi*, número de intervenientes, autores dos crimes e, sempre que possível, suas motivações.

Este estudo envolveu diversas Forças e Serviços de Segurança, GNR, SIS, PJ, SEF, PSP. O papel que desempenhei nesta EMPC foi de representante da GNR.

2. Por quem é formada esta EMPC?

Esta EMPC era composta por um assessor do SGSSI e por representantes da GNR, PSP, PJ, SEF e SIS.

3. Quais as ações realizadas por esta EMPC?

Com vista a atingir os objetivos apresentados na resposta à primeira questão realizaram-se reuniões, foi realizada ainda, a recolha dos dados criminais participados

às Forças de Segurança, nomeadamente GNR e PSP, OPC com competência para a investigação desta tipologia criminal.

O objetivo era o estudo desses dados pelo SSI por forma a obter uma visão nacional do fenómeno e contribuir também para a definição de uma carta de risco nacional, a qual viria a ser potenciada, enquanto instrumento de estudo, no âmbito da segurança privada (lei que se encontra em profunda reformulação).

4. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

Naturalmente que os principais contribuintes para este estudo, foram, a GNR, a PSP e a PJ. Contudo, verificaram-se dificuldades ao trabalhar com elementos de instituições diferentes, não ao nível pessoal, mas principalmente ao nível institucional devido ao facto das várias instituições possuírem objetivos e perspetivas diferentes para estas EMPC.

5. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

A partilha de dados teria de ser completa e oportuna, assiste-se a atrasos na partilha de dados, quer em face das competências, vide LOIC, quer em virtude de não existir um repositório comum.

Para melhorar os resultados, é necessário que as organizações possuam objetivos comuns para as EMPC de forma a que seja possível que as equipas contribuam para a resolução das problemáticas criminais. É essencial ter uma visão integrada e estratégias comuns de atuação.

6. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

Foram comparados diversos quadros legislativos europeus e identificadas as adequadas formas de atuar em Portugal considerando, o quadro geral, nomeadamente, o papel da SIBS e das empresas de segurança.

Depois de harmonizar a matriz de dados a recolher no Dispositivo policial da PSP e GNR sobre a criminalidade participada, foi efetuado o devido levantamento.

7. Quais os métodos adotados por esta EMPC?

Análise criminal dos dados, a qual foi levada a cabo pelo representante do SSI, em cooperação com a PJ.

Como referi anteriormente um levantamento de outros quadros normativos foi essencial para o produto final.

8. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

No futuro terá repercussões, pois tudo o que foi desenvolvido será para ter em consideração nas ATM a instalar, em virtude dos custos de remodelação dos atuais serem elevados, pelo menos de momento.

9. Qual o produto final desta EMPC?

Carta de risco nacional, e boas praticas para a instalação de ATM.

10. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

O trabalho da EMPC foi enviado ao MAI e suportou algumas orientações no âmbito do risco para esta matéria no que concerne à segurança interna.

Aproximou organizações policiais e especialmente a SIBS e empresas de segurança envolvidas neste âmbito de atividade.

APÊNDICE F - Entrevista ao Major Dias

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nome: Dias

Posto: Major

Função: Representante da GNR na EMPC destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubos a estabelecimentos de venda de ouro, vulgo ourivesarias.

Questões:

1. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?

A minha participação, foi na qualidade de Representante da GNR, tendo por referência a experiência Operacional detida do âmbito policial.

2. Por quem é formada esta EMPC?

É constituída por elementos da GNR, PSP, SEF, PJ, SIS, SSI e ASAE.

3. Quais as ações realizadas por esta EMPC?

Esta Equipa, efetuou um levantamento exaustivo quer da legislação diretamente relacionada com o comércio de metais preciosos, o levantamento dos estabelecimentos que se dedicam a este comércio, bem como das situações de natureza criminal que nos últimos anos este setor tem sido alvo.

Com base nestes levantamentos, foi planeada uma operação policial de âmbito nacional, tendo em vista a deteção de ilícitos criminais.

4. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

Cada organização tem os seus objetivos estratégicos próprios, que nem sempre coincidem com os das outras organizações, e como tal, muitas vezes os pontos de vista têm de ser conciliados. São estas diferentes visões a abordagens que normalmente constituem as principais dificuldades.

5. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

Estas equipas, não possuem qualquer mandato executivo, nem mesmo os resultados que são encontrados pelas mesmas têm qualquer garantia de que são tidos em conta de uma forma substantiva. Haveria que dotar as equipas com poderes executivos e a condição de os resultados por elas obtido, de alguma forma serem considerados de uma forma objetiva e operacional.

6. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

As fontes de pesquisa, passaram numa primeira fase pela consulta de revisão da legislação que regula as áreas de intervenção do objeto da Equipa. Uma segunda fase consistiu na pesquisa de manuais e/ou documentos sobre boas práticas de segurança no setor comercial objeto de estudo. A terceira fase, consistiu na recolha de dados respeitantes a incidentes criminais concretos, que foram devidamente agregados e tratados de forma a constituir um relatório especial de informações.

7. Quais os métodos adotados por esta EMPC?

A metodologia adotada passou primeiro pela definição de objetivos. Depois, foram identificadas as tarefas a desenvolver por cada um dos representantes na EMPC. Cada representante fazia chegar os dados recolhidos ao elemento coordenador da EMPC, que os encaminhava para quem tinha as tarefas de agregar e tratar.

8. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

Os métodos foram adotados de forma consensual em sede de colégio dos vários elementos da EMPC, e foram postos em prática aproveitando as responsabilidades e funções que cada elemento da EMPC desempenha nas respetivas instituições.

9. Qual o produto final desta EMPC?

O produto final desta EMPC, resultou na adoção pela EMPC de um Manual de Boas Práticas que tinha sido elaborado pela GNR e PSP patrocinado pelo Governo Civil do Porto, e ainda num relatório especial de informações, que foi distribuído aos diversos órgãos de soberania, e às instituições que têm responsabilidades neste setor.

10. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

Desconheço de que forma foi o mesmo utilizado, e quais os resultados obtidos.

APÊNDICE G - Entrevista ao Tenente Coronel Sequeira

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Sequeira

Posto: Tenente Coronel

Função: Representante da GNR na EMPC para a região do Algarve

Questões:

1. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?

Tomei parte na EMPC do Algarve, na qualidade de representante da GNR/CTerFaro, se bem que os Comandantes dos Destacamentos de Loulé e Albufeira, também participavam na discussão dos assuntos de natureza operacional, referentes às áreas respetivas, que eram à altura (e ainda serão), as que registam maiores índices.

2. Por quem é formada esta EMPC?

A EMPC do Algarve é formada, além da GNR, por representantes do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, do Serviço de Informações e Segurança (secretariavam as reuniões), Direção Geral de Autoridade Marítima, Polícia e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

3. Quais as ações realizadas por esta EMPC?

A EMPC do Algarve baseava a sua ação essencialmente na troca de informação, realizada nas reuniões ordinárias. No âmbito da EMPC do Algarve também foram realizadas (embora na altura não muito frequentes) ações de prevenção criminal, materializadas em operações realizadas em coordenação e/ou com recurso a equipas conjuntas constituídas por elementos das Forças e Serviços de Segurança presentes na EMPC do Algarve.

4. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

A principal dificuldade que se sente quando se trabalha com elementos de diversas organizações diferentes, prende-se com o facto dos objetivos das organizações não serem sempre coincidentes (caso da PSP, GNR em particular e em certa medida a Polícia Marítima), por exemplo, em razão da competência territorial. Por exemplo, é de referir que os problemas mais graves que a GNR enfrenta numa dada região, podem ser completamente diferentes daqueles que a PSP enfrenta e vice-versa.

Outra dificuldade prende-se com o facto de nem toda a informação fluir abertamente no seio destas Equipas e em todas as direções, por vezes mais por razões de ordem pessoal que institucional, considerando que do ponto de vista institucional, está estabelecido que a partilha de informação, ao nível destas Equipas, deve fluir sem reservas (a não ser as que a investigação criminal em determinadas situações exigir).

5. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

Em primeiro lugar, que na área geográfica que a EMPC pretenda abranger, ocorra criminalidade suficientemente grave que justifique a criação de uma destas Equipas. Por outro lado, a verificação que o problema criminal que afeta uma força ou serviço é o mesmo que afeta as restantes das Forças ou Serviço de Segurança, ou no mínimo que tenha forte relação. Estas são desde logo questões de base a ser identificadas para a decisão de criação das Equipas.

Os resultados podem ser melhorados, caso as equipas identifiquem claramente o fenómeno criminal que pretendem combater, definam a estratégia adequada para o combate e implementem as ações que melhor se adequam ao fim pretendido. Copiar formas e métodos de trabalho com resultados comprovados noutras EMPC, não significa que venham a ter o mesmo sucesso em realidades com especificidades próprias.

6. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

As fontes de pesquisa da EMPC do Algarve foram essencialmente as Forças e Serviços de Segurança representados na Equipa, com base nos seus registos de informação, em especial a resultante da atividade de investigação criminal.

7. Quais os métodos adotados por esta EMPC?

A EMPC do Algarve no início assentou a sua ação recorrendo ao mesmo método que havia utilizado na EMPC de Amadora/Sintra. Os resultados não foram os melhores, considerando que a realidade do Algarve era substancialmente diferente.

O método baseou-se essencialmente na identificação por parte das Forças e Serviços de Segurança, dos indivíduos com atividade criminal atual, em especial estrangeiros, mas não só, com vista a que se desenvolvessem esforços concertados no seio da Equipa, no sentido de proceder à sua detenção ou expulsão do território nacional.

8. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

Cada Força ou Serviço de Segurança identificava os indivíduos que considerava como ameaça, que depois eram integrados numa lista única. Por vezes identificavam-se indivíduos que eram considerados como ameaça, por mais do que uma Força. A partir da identificação desses indivíduos procurava-se a melhor estratégia de ação para cada caso em concreto.

9. Qual o produto final desta EMPC?

Não obstante se verificarem resultados, podem considerar-se que os resultados da equipa não foram de um relevo tal que possam representar uma quota-parte de influência no sentido de diminuição da criminalidade na região do Algarve. Por outro lado, pode considerar-se também como resultado positivo no produto final, a junção de elementos da área operacional ou de informações, que partilha informação considerada de relevo no âmbito da segurança.

10. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

A EMPC do Algarve funcionou durante cerca de seis meses no ano de 2010, sendo posteriormente suspensa, não sendo fácil identificar um produto final com relevância preponderante pois não foram identificados na altura critérios de avaliação de impacto do trabalho desenvolvido, pelo que a quantificação de resultados não se podem fazer nem sequer extrapolar. Pode-se afirmar ainda assim, que a EMPC do Algarve permitiu agilizar procedimentos entre as Forças e Serviços de Segurança, tornando mais fácil o contacto entre os diversos representantes, quebrando algumas barreiras ao nível da troca de informação.

A EMPC do Algarve foi reatada em Julho de 2011, continuando o seu trabalho desde então, contudo, desde Abril de 2012 que perdi o contacto com a EMPC do Algarve, pelo que não posso avaliar mais profundamente a questão, face à atual situação que não conheço.

APÊNDICE H - Entrevista ao Major Pereira

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Quatorze Pereira

Posto: Major

Função: Representante da GNR na EMPC destinada especialmente à prevenção dos crimes de furto e roubo de metais não preciosos

Questões:

1. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?

A equipa mista de prevenção criminal dedicada ao fenómeno dos furtos de metais não preciosos foi criada com os seguintes objetivos, nos termos do despacho de 28 de Dezembro de 2011, do Exmo. Secretário - Geral do SSI para proceder à realização de um estudo nacional sobre “furtos de metais não preciosos”, envolvendo, entre outros aspetos, a caracterização dos locais, datas, horas, *modi operandi*, número de intervenientes, autores dos crimes e, sempre que possível, suas motivações e ainda para apresentar estratégias e medidas preventivas, particularmente ao nível da prevenção situacional, destinadas tanto às Forças e Serviços de Segurança, como às Instituições e empresas alvo. O meu papel foi de representante da GNR, desde o início da atividade da equipa até Outubro de 2012.

2. Por quem é formada esta EMPC?

A Equipa Mista era dirigida por um assessor do SG SSI e contava com a participação de representantes da GNR, PSP, PJ, SEF e SIS.

3. Quais as ações realizadas por esta EMPC?

Foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de atingir os propósitos definidos em Q1, nomeadamente a recolha dos dados criminais participados às Forças de Segurança, nomeadamente GNR e PSP, OPC com competência para a investigação desta tipologia criminal. O objetivo era o estudo desses dados pelo SSI por forma a obter uma visão nacional do fenómeno.

4. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

As dificuldades de trabalhar com elementos de organizações diferentes, neste âmbito específico derivam, não das pessoas ou das perspetivas pessoais, mas essencialmente das diferentes visões que os dirigentes das diversas organizações têm sobre as equipas mistas, seu âmbito de trabalho e importância. Estas diferentes perspetivas Institucionais refletem-se, naturalmente no desempenho dos elementos que as representam e no resultado final dos trabalhos.

5. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

Obter um maior consenso interinstitucional sobre o papel da EMPC e o seu contributo para a resolução das problemáticas criminais numa perspetiva de visão integrada, definindo estratégias comuns de atuação.

6. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

Essencialmente os dados recolhidos no Dispositivo policial da PSP e GNR sobre a criminalidade participada.

7. Quais os métodos adotados por esta EMPC?

Análise criminal dos dados, sob a responsabilidade do representante do SSI, baseando-se essencialmente a análise estatística.

8. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

Não me é possível responder a esta questão pois dado não ter sido envolvido nos trabalhos após Outubro de 2012.

9. Qual o produto final desta EMPC?

Nada a referir devido ao facto apresentado na questão 8.

10. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

Nada a referir.

APÊNDICE I - Entrevista ao Tenente Coronel Guedes

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Guedes

Posto: Tenente Coronel

Função: Representante da GNR na GTPC para a região de Amadora/Sintra.

Questões:

11. Qual é o seu papel nesta Equipa Mista de Prevenção criminal (EMPC)?

Na qualidade de Oficial de Operações do Comando de Lisboa, sou o ponto de contacto e participante nas reuniões de coordenação interinstitucional realizadas mensalmente na sede da Autoridade Tributária.

12. Por quem é formada esta EMPC?

GNR, PSP, PJ, SIS, SEF, ASAE, AT, Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Autoridade marítima e Segurança Social.

13. Quais as ações realizadas por esta EMPC?

Ações de fiscalização em estabelecimentos, feiras, Operações de fiscalização na via pública.

14. Quais as principais dificuldades que sente ao trabalhar com elementos de várias organizações diferentes?

Desde que as ações sejam bem coordenadas as dificuldades são diminutas.

15. Na sua opinião o que se pode fazer para que esta EMPC possa obter melhores resultados?

Aumento do efetivo das equipas das diferentes entidades, dado que por vezes não conseguem satisfazer todas as solicitações coordenadas mensalmente.

16. Que fontes de pesquisa foram adotadas por esta EMPC e de que modo foi esta escolha preponderante?

Informações recolhidas junto do dispositivo e Denúncias remetidas às mais diversas entidades, as quais são partilhadas na reunião mensal.

17. Quais os métodos adotados por esta EMPC?

Para além da supramencionada reunião mensal, são utilizados os contactos informais entre os diferentes representantes dos diversos organismos, os quais em conformidade com o grau de ameaça, perigosidade para a saúde pública e demais implicações económicas e sociais recebem o devido tratamento e resposta operacional, em coordenação com os diferentes serviços de investigação criminal.

As intervenções, em função do grau de perigosidade, poderão ter a colaboração de outras forças da Guarda, nomeadamente Trânsito, Destacamento de Intervenção e SEPNA.

18. De que forma foram adotados estes métodos e como foram postos em prática?

Estes métodos obedecem ao protocolo que estabelece e regula a coordenação Interinstitucional, atuando cada organismo em função da sua lei orgânica.

19. Qual o produto final desta EMPC?

O produto final, materializa-se através dos resultados decorrentes das inúmeras apreensões aos mais diversos níveis, com forte impacto em receitas para o estado, fruto das coimas aplicadas.

20. De que forma foi este produto final utilizado e que resultados foram daí obtidos?

De realçar o controlo efetuado junto dos diferentes agentes económicos, com nítidas melhorias para a saúde pública e ordenamento social.